UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MAGNO DOS SANTOS BRAGA

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL EM MAZAGÃO-AP: UM OLHAR SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRIÊNIO (2015-2017)

FORTALEZA – CEARÁ

2019

MAGNO DOS SANTOS BRAGA

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL EM MAZAGÃO-AP: UM OLHAR SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TRIÊNIO (2015-2017)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Braga, Magno dos Santos .
O planejamento educacional em Mazagão-AP: um olhar sobre o PLANO Municipal de Educação no triênio (2015-2017) [recurso eletrônico] / Magno dos Santos Braga. - 2019.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 103 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.
Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.

1. Política Pública Educacional . 2. Plano Municipal de Educação. 3. Planejamento. I. Título.

MAGNO DOS SANTOS BRAGA

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL EM MAZAGÃO-AP: UM OLHAR SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO O TRIÊNIO (2015-2017)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 04/07/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof.ª Dr.ª Maria Helena de Paula Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. José Airton de Freitas Pontes Junior
Universidade Estadual do Ceará - UECE

A Deus, que me deu o dom da vida, por sua misericórdia, paz e amor.

Ao meu pai, Raimundo da Silva Braga *(in memorian)* pelos ensinamentos proferidos desde a minha infância.

A minha mãe, Maria Dina dos Santos Braga, pelo grande amor concedido a minha pessoa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu o Dom da vida, por sua misericórdia, paz e amor.

Ao meu pai, Raimundo da Silva Braga *(in memorian)* o maior filósofo que já tive, meu companheiro fiel dos grandes conselhos e dos eternos ensinamentos sem os quais não teria chegado até onde cheguei.

A minha mãe, Maria Dina dos Santos Braga, por todo afeto concedido a minha pessoa.

Ao professor Dr. Francisco Horácio da Silva Frota, pelo carinho sem igual que ofertou a turma 18 do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, pelas disciplinas ministradas, pela orientação da presente dissertação e pela amizade firmada.

A professora Drª. Maria Helena de Paula Frota pelas disciplinas ministradas e por todos os esforços feitos para destruir/construir/reconstruir o nosso caminho da pesquisa.

Aos membros da Banca de Qualificação do Projeto e Defesa da Dissertação.

A minha irmã, Maria Francisca dos Santos Braga pelo apoio e ajuda constantes e a qual amo muito.

Aos demais familiares que sempre me apoiaram nos estudos, nas horas fáceis e difíceis da vida.

A todos os meus amigos e amigas da melhor turma de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Estado do Ceará, a turma 18.

A minha amiga e comadre, Maria Valmira Santos da Fonseca pelo apoio e incentivo concedidos nas horas cruciais.

Ao meu amigo-irmão, Edson Medina Duarte, sem o qual esta pesquisa teria sido mais difícil.

A minha amiga, Mariselma Assunção dos Santos Gonçalves pelos conselhos e ajuda no decorrer deste trabalho.

Aos meus amigos, Manoel Souza e José Silva dos Santos por terem colaborado com esta pesquisa.

A toda comunidade de minha amada cidade de Mazagão a qual entrego essa pesquisa de coração.

Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará.

Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei.

Porque ele te livrará do laço do passarinheiro, e da peste perniciosa.

Ele te cobrirá com as suas penas, e debaixo das suas asas te confiarás; a sua verdade será o teu escudo e broquel.

Não terás medo do terror de noite nem da seta que voa de dia,

Nem da peste que anda na escuridão, nem da mortandade que assola ao meio-dia.

Mil cairão ao teu lado, e dez mil à tua direita, mas não chegará a ti.

Somente com os teus olhos contemplarás, e verás a recompensa dos ímpios. Porque tu, ó Senhor, és o meu refúgio. No Altíssimo fizeste a tua habitação.

Nenhum mal te sucederá, nem praga alguma chegará à tua tenda.

Porque aos seus anjos dará ordem a teu respeito, para te guardarem em todos os teus caminhos.

Eles te sustentarão nas suas mãos, para que não tropeces com o teu pé em pedra.

Pisarás o leão e a cobra; calcarás aos pés o filho do leão e a serpente.

Porquanto tão encarecidamente me amou, também eu o livrarei; pô-lo-ei em retiro alto, porque conheceu o meu nome.

Ele me invocará, e eu lhe responderei; estarei com ele na angústia; dela o retirarei, e o glorificarei.

Fartá-lo-ei com longura de dias, e lhe mostrarei a minha salvação.

(Salmos 91:1-16, Bíblia Sagrada)

RESUMO

Esta Dissertação tem como escopo principal apresentar o resultado do estudo sobre a implementação das Metas e Estratégias educacionais do Plano Municipal de Educação do Município de Mazagão (PME/Mz), Estado do Amapá, no triênio (2015-2017), deu-se relevância ao cenário que precedeu tal política pública e os três primeiros anos de sua aplicação, sem a pretensão de apresentar avaliações e resultados definitivos da política pública implementada no recorte temporal estabelecido. Neste estudo estão contidos os objetivos: a) pesquisar as relações entre o Estado, o Governo e as Políticas Públicas; b) investigar como a implementação das Estratégias educacionais do Plano Municipal de Educação do Município de Mazagão-AP no o triênio (2015-2017) ocorreram de forma a atingirem as Metas previstas na referida Lei; e, c) Diagnosticar as ideias, objetivos, resultados e perspectivas do referido plano. Os resultados apontaram para Metas e Estratégias que se alcançaram em partes e outras que estão longe do que foi projetado. O processo de implementação iniciou no ano de 2015 e passado cinco anos (data de conclusão do trabalho) os avanços são poucos e os desafios se mostram maiores. O desdobramento desta pesquisa ocorreu em seis partes, a saber: na introdução é feito um breve contexto e problematizado o objeto de estudo, justifica a pesquisa, esclarece os objetivos de trabalho e sua estrutura; em seguida é tratado as relações entre Estado, Governo e as Políticas Públicas, especialmente a educacional; por conseguinte, trabalha-se o cenário que antecedeu a política pública em análise num espaço temporal de cinco anos; logo após é esclarecido o passo a passo da pesquisa, estabelecendo métodos, amostra e critério de seleção dos sujeitos pesquisados; em seguida foi realizado a análise dos resultados e discussão sobre o que foi alcançado e quais desafios ainda persistem na implementação do PME/Mz, dando ênfase para o olhar dos atores envolvidos: Secretários Municipais de Educação, Gestores escolares, professores e pedagogos, alunos e famílias; conclui-se com ponderações que visam a melhoria na empregabilidade do PME/Mz.

Palavras – Chave: Política Pública Educacional. Plano Municipal de Educação. Planejamento.

ABSTRACT

This dissertation aims to present the results of the study about the implementation of educational goals and strategies of the Municipal Education Plan of the Municipality of Mazagão (PME / Mz), State of Amapá, in the triennium (2015-2017). The scenario that preceded such a public policy and the first three years of its application was relevant, without the intention of presenting definitive evaluations and results of the public policy implemented in the established time frame. In this study are contained the objectives: a) to investigate the relations among the State, the Government and the Public Policies; b) to investigate how the implementation of the Educational Strategies of the Municipal Plan of Education of the Municipality of Mazagão-AP in the triennium (2015-2017) occurred in order to reach the Goals established in said Law; and, c) Diagnose the ideas, objectives, results and perspectives of said plan. The results pointed to Goals and Strategies that were achieved in parts and others that are far from what was projected. The implementation process started in the year 2015 and after five years (date of completion of the work) the advances are few and the challenges are bigger. The development of this research occurred in six parts: in the introduction a brief context is made and the object of study is problematized, justifies the research, clarifies the work objectives and its structure; then, is tratead the relations among State, Government and Public Policy, especially education, are dealt with; therefore, it works in a space of five years, the scenario that preceded the public policy in analysis; after, it is clarified the step by step of the research, establishing methods, sample and criterion of selection of the subjects searched; then, the analysis of the results and discussion about what was achieved and what challenges still persist in the implementation of PME / Mz, was performed, giving emphasis to the eyes of the actors involved: Municipal Secretaries of Education, school managers, teachers and pedagogues, students and families; it concludes with considerations aimed at improving the employability of PME / Mz.

Keywords: Educational Public Policy. Municipal Plan of Education. Planning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2010..... 44

Tabela 2 - Alunos que nunca frequentaram a escola – Mazagão (CENSO, 2010)..... 45

Tabela 3 - Alunos que não frequentavam a escola, mas já frequentaram um dia - Mazagão - (CENSO, 2010)..... 45

Tabela 4 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2011..... 46

Tabela 5 - População Estimada de Mazagão de 2010 a 2017..... 46

Tabela 6 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2012..... 47

Tabela 7 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2013..... 48

Tabela 8 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2014..... 48

Tabela 9 - IDEB do Brasil – metas para os Municípios de 2007 a 2013 (4ª série/ 5º ano do Ensino Fundamental)..... 50

Tabela 10 - IDEB de Mazagão de 2007 a 2013 (Rede de Ensino: Federal, Estadual e Municipal – 4ª série/ 5º ano do Ensino Fundamental)..... 51

Tabela 11 - IDEB do Município de Mazagão de 2007 a 2013 (Rede de Ensino: Municipal – 4ª série/ 5º ano do Ensino Fundamental)..... 51

Tabela 12 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2015..... 56

Tabela 13 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2016..... 58

Tabela 14 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2017..... 60

Tabela 15 - IDEB do Brasil – metas para os Municípios de 2015 a 2017 (4ª série/ 5º ano do Ensino Fundamental)..... 62

Tabela 16 - IDEB de Mazagão de 2015 a 2017 (Rede de Ensino: Federal, Estadual e Municipal – 4ª série/ 5º ano do Ensino Fundamental)..... 62
Tabela 17 - IDEB Município de Mazagão de 2015 a 2017 (Rede de Ensino: Municipal – 4ª série/ 5º ano do Ensino Fundamental)..... 63
Tabela 18 - Sinopse: Gestores do sistema municipal de ensino, Diretores (Questionário – Apêndice B)..... 72
Tabela 19 - Sinopse: Gestores do sistema municipal de ensino, Professores e Coordenadores (Questionário – Apêndice C)..... 74
Tabela 20 - Sinopse: Usuários do sistema municipal de ensino, Alunos (Questionário – Apêndice D)..... 78
Tabela 21 - Sinopse: Usuários do sistema municipal de ensino, Famílias (Questionário – apêndice E)..... 80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACFST	Associação Cultural da Festa de São Tiago
CF	Constituição Federal
CME/Mz	Conselho Municipal de Educação do Município de Mazagão
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONED/AP	Conferência Estadual de Educação do Estado do Amapá
CPVPEB	Conselho Permanente de Valorização do Profissional da Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FME/Mz	Fórum Municipal de Educação do Município de Mazagão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ILO	International Labour Organization
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP/Mz	Ministério Público da Comarca de Município de Mazagão
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano Distrital de Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PME/Mz	Plano Municipal de Educação do Município de Mazagão
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD-Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
SAEB	Avaliação da Educação Básica
SEMED/Mz	Secretaria Municipal de Educação do Município de Mazagão
SIDRA-IBGE	Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SIS-IBGE	Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SNE	Sistema Nacional de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 14
1.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO..... 14
1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA..... 15
1.3 OBJETIVOS DO TRABALHO..... 16
1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO..... 17
2 TRILHAR METODOLÓGICO..... 20
2.1 O PASSO A PASSO DA PESQUISA..... 20
3 O ESTADO, O GOVERNO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS..... 24
3.1 AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO, O GOVERNO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS..... 24
3.1.1 O Estado..... 24
3.1.2 O Governo..... 29
3.1.3 As Políticas Públicas Educacionais..... 31
3.2 A EDUCAÇÃO COMO AÇÃO DO ESTADO..... 33
4 O CENÁRIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO ANTES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME/Mz)..... 39
4.1 HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO..... 39
4.2 O QUE APONTAVAM OS DADOS ESTATÍSTICOS ANTES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO..... 43
4.2.1 A Universalização da educação básica..... 44
4.2.2 A Erradicação do analfabetismo..... 49
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 55
5.1 O QUE FOI ALCANÇADO? E QUAIS DESAFIOS AINDA PERSISTEM?..... 56
5.2 O QUE DIZEM OS ATORES?..... 65
5.2.1 Os Gestores do Sistema Municipal de Ensino..... 66
5.2.2 Os Usuários do Sistema Municipal de Ensino..... 77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 83
REFERÊNCIAS..... 89
APÊNDICES..... 96
APÊNDICE A – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS AGENTES

PÚBLICOS PESQUISADOS E QUESTIONÁRIO APLICADO, EX-SECRETÁRIO E ATUAL SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE MAZAGÃO..... 97
APÊNDICE B – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS PESQUISADOS E QUESTIONÁRIO APLICADO, DIRETORES ESCOLARES DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE MAZAGÃO DA CRECHE AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I..... 99
APÊNDICE C – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS PESQUISADOS E QUESTIONÁRIO APLICADO, PROFESSORES E PEDAGOGOS (COORDENADORES PEDAGÓGICOS) DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I DE MAZAGÃO..... 100
APÊNDICE D – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS ALUNOS E QUESTIONÁRIO APLICADO..... 102
APÊNDICE E – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS E QUESTIONÁRIO APLICADO..... 103

1 INTRODUÇÃO

> “O que prevemos raramente ocorre; o que menos esperamos geralmente acontece.”
> (Benjamin Disraeli)

O processo educacional é complexo e dinâmico por conjugar normas, valores e princípios aos quais estão sujeitos os atores deste procedimento como é o caso dos secretários de educação, diretores escolares, professores, pedagogos, alunos e famílias. Todos possuem os seus papéis que são delimitados pelas Leis que regulam cada sistema de ensino.

O município de Mazagão não está aquém do que é proposto para os demais entes federados municipais brasileiros, com isso, precisa cumprir a legislação nacional, em certos casos, a do Estado do Amapá e as do seu sistema de ensino, ou seja, é regulado, ao passo que regula seu próprio sistema educacional.

1.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO

O Brasil em seu decurso histórico vem organizando a sua forma de Estado através de textos constitucionais. Desde o ano de 1824 quando foi promulgada a primeira Constituição Federal (CF), há esforços no intuito de organizar os diversos setores sociais como é o caso da educação. A revolução de 1930 traz consigo um conjunto de pensadores e ideias que culmina no movimento dos pioneiros da escola nova, que segundo Menezes (2001) “Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título ‘A reconstrução educacional no Brasil*:* ao povo e ao governo’*.* Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação”. Nesse contexto surgiu a terceira constituinte brasileira, 1934.

Esses pioneiros pregavam uma educação em novos modelos e defendiam a ideia de que o país tivesse um documento que pudesse sintetizar toda a política educacional de seu povo, este pensamento era a gênese do que conhecemos hoje como Plano Nacional de Educação (PNE), este só foi possuir previsão legal 56 (cinquenta e seis) anos depois do manifesto com a promulgação da oitava constituição brasileira, conhecida como constituição cidadã de (1988) “Art. 214- A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação [...]” (BRASIL, 1988).

O primeiro PNE brasileiro surgiu como política pública, transcorridos 69 (sessenta e nove) anos de sua idealização pelos percussores da escola nova e 13 (treze) anos após a promulgação da constituinte em vigência. Aprovado pela lei federal número 10.112 de 9 de janeiro de em 2001. Durante um período de aproximadamente três anos o Brasil não contou com um plano de educação até ser promulgada a lei 13.005 de 25 de junho de 2014, este é o segundo plano de educação brasileiro. Ele traz em sua redação a obrigatoriedade para que Estados e Municípios façam seus referidos planos no prazo máximo de um ano a contar de sua aprovação.

Neste cenário, o Estado do Amapá em 24 de junho de 2015 promulga a lei estadual 1.097, que aprova o seu primeiro Plano Estadual de Educação (PEE), transcorridos 27 (vinte e sete) anos da promulgação da constituição cidadã. Embalado pela obrigatoriedade trazida pelo PNE (2014-2024). O município de Mazagão no mesmo e dia e ano que o Estado, aprova a lei municipal nº 352 de 2015, desse modo, constituindo-se no primeiro Plano Municipal de Educação (PME) deste ente federado.

1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Os planos de educação em síntese pregam a qualidade do ensino e para que isso seja alcançado, são construídos sobre três vertentes: universalização do ensino, onde todas as pessoas tem o direito a frequentar uma unidade escolar; erradicação do analfabetismo, todos tem direito em aprender os conteúdos elementares e o financiamento educacional, que consiste em repasses legais para que as redes de ensino possam se organizar e oferecer uma educação de qualidade.

A universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo são problemas educacionais históricos do Brasil como argumenta Saviani (2008, p.12) “A marca da descontinuidade na política de educação atual faz-se presente na meta, sempre adiada, de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental”. Dessa maneira, o município lança o seu primeiro PME e se fazem necessárias pesquisas que apontem avanços, estagnações ou até mesmo retrocessos na política pública educacional norteada pelo plano de educação. Desse

modo, é possível avaliar as ações e no término da década que marca a vigência deste documento, possuir informações suficientes para planejar o próximo PME.

Ao se propor pesquisar o planejamento educacional em Mazagão com um olhar para o Plano Municipal de Educação no triênio (2015-2017) almeja-se pesquisar os dois maiores problemas do sistema educacional brasileiro que persistem há décadas: a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo. É preciso ter em mente que esse documento é novo no ordenamento jurídico deste local.

No Brasil as escolas são obrigadas a cumprir os preceitos da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dos Planos de Educação e mais recentemente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o que esses documentos têm em comum é o fato de tratarem diretamente os assuntos atinentes à educação e serem aprovados por força de lei. Este trabalho ao realizar uma pesquisa direcionada, tanto de forma geográfica (abordar um município em especifico), no que se refere ao objeto e objetivos de estudo, será mais um documento norteador para o trabalho dos agentes públicos envolvido com o processo de ensino, bem como para os alunos e comunidade em geral.

1.3 OBJETIVOS DO TRABALHO

A presente dissertação tem como escopo geral, investigar como a implementação das estratégias educacionais do Plano Municipal de Educação do Município de Mazagão-AP no triênio (2015-2017) ocorreram de forma a atingirem as Metas previstas, no que concerne a universalização da educação básica e erradicação do analfabetismo.

Esse recorte temporal se deu em virtude da construção do projeto de pesquisa ser do segundo semestre do ano de 2017 e os dados disponíveis serem deste período, no transcorrer dos trabalhos alguns dados foram além do estipulado pelo fato de alguns respondentes aos questionários, ou a Secretaria Municipal de Educação do Município de Mazagão (SEMED/Mz) incorporar até o ano de 2019 os seus dados estatísticos, no entanto, foi entre 2015 e 2017 que se concentrou a maioria dos dados abordados na presente pesquisa.

O objetivo geral originou objetivos específicos, a saber: pesquisar as relações entre o Estado, o Governo e as Políticas Públicas Educacionais; investigar

como a implementação destas estratégias ocorreram de forma a atingirem as Metas previstas no referido Plano e Diagnosticar as ideias, objetivos, resultados e perspectivas do Plano Municipal de Educação do Município de Mazagão-AP.

A pesquisa das relações entre o Estado, o Governo e as Políticas Públicas Educacionais foi necessária para compreender como se organiza o Estado brasileiro; ao investigar como a implementação das estratégias do PME ocorreram de forma a atingirem as Metas previstas, o estudo pretendeu averiguar o plano em si e as mudanças oriundas de sua empregabilidade, neste ponto a presente pesquisa encontrou diversos indicadores que retratam a singularidade do município em questão; ao se diagnosticar as ideias, objetivos, resultados do referido documento, objetiva-se analisar o período transcorrido e propor sugestões de mudança que visam à melhoria na educação ofertada aos alunos deste local.

1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos. A partir desta introdução, que se constitui no Capítulo I, por conseguinte, o Capítulo II, detalha os procedimentos metodológicos abordados neste estudo, com o nome de “Trilhar Metodológico”, relata o passo a passo da pesquisa, os atores envolvidos, método de coleta de dados, indivíduos pesquisados, amostra e lócus. Para tal finalidade, foram utilizados os seguintes estudos e dados: da Secretaria Municipal de Educação do Município de Mazagão, Lakatos e Marconi (2007), Laurence Bardin (1977), Maria Minayo (2009).

O Capítulo III, intitulado “O Estado, o Governo e as Políticas Públicas Educacionais” visa dar entendimento a forma do Estado brasileiro no decurso histórico; a forma de Governo em que se assenta a Democracia a partir da Constituinte de 1988; faz um apanhado no campo das políticas públicas, direcionando o debate para as políticas públicas educacionais; finaliza com o tratamento da educação como uma ação legitima do estado através de seus governantes.

Para tanto, o terceiro capítulo conta com o seguinte aporte teórico, bem como as contribuições de algumas legislações: Albuquerque (2006), Allan Silva (2017), Aurélio Ferreira (2010), Célia Quirino (2001), Celina Souza (2006; 2018), Dermeval Saviani (2008), Donaldo Souza (2014), Janete Azevedo (2001),

Legislações Federais (1988; 1996; 2001), do Estado do Amapá (1991; 2015) e do munícipio de Mazagão (2011; 2015), Leonardo Avritzer (2011), Luiz Soares (2015a; 2015b), Mariana Batista (2016), Max Weber (1918), Maximiliano Menegolla e Ilza Sant' Anna (1993), Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2012).

O capítulo IV, que se denomina: "O Cenário Educacional do Município de Mazagão antes do Plano Municipal de Educação (PME/Mz)" expõe a história e caracterização do Município em que se desenvolveu a pesquisa e faz um levantamento detalhado do quinquênio que antecede o PME/Mz no que se refere à universalização da educação básica e erradicação do analfabetismo.

Desse modo, além de algumas literaturas e legislações utilizadas anteriormente, serviram de apoio: ACFST (2012), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IGBE), dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Fernando Santos (1994), José Soares e Flávia Xavier (2013), Júnia Furtado (2009), Laurent Vidal (2008), Legislações Federais (2007; 2014), Natalia Duarte (2013), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2011; 2012; 2013; 2015), Simone Flach (2015).

No capítulo V, encontra-se a discussão dos resultados que se dividiu em dois subcapítulos: "O que foi alcançado? E quais desafios ainda persistem? Para responder a essas questões recorreu-se aos dados do período que marca o triênio inicial de aplicabilidade do PME/Mz. Em seguida, é dado voz e vez para os atores envolvidos na referida política pública, estes que englobam-se no grupo gestor do sistema municipal de ensino: Secretários de Educação, Diretores Escolares, Professores, Coordenadores Pedagógicos e do grupo usuários: Alunos e Famílias.

Para o embasamento teórico foram utilizadas algumas obras anteriormente citadas e as seguintes: Cleyde Caetano; Lucimar Avila e Marcelo Tavares (2017), Helen Gonçalves e Daniela Knauth (2006), Joel Marin et al (2012), Legislação Federal (2013), Maria Alberto e Oswaldo Yamamoto (2017), PNAD-Educação (2016; 2017), PNAD- Trabalho Infantil (2016), Rosangela Auriglietti (2014), Shirley Mesquita e Hilton Ramalho (2015), Síntese de Indicadores Sociais (SIS-IBGE) (2015), Tadeu Arrais (2016)

O capítulo VI, que se configura nas considerações, trata dos pontos que já foram alcançados ou estão próximos das metas estipuladas, bem como faz as análises, sugestões e recomendações para que a politica pública traçada no período decenal de (2015-2025) no município de Mazagão tenha informações suficientes em

seu monitoramento. Não é objetivo desta dissertação, realizar análises, críticas, apreciações ou sugestões engessadas que venham a retratar uma educação de ficção, mas sim demonstrar o panorama que este ente federado possuía antes do PME/Mz e o qual possui decorridos três anos de seu início.

Também não se configura em escopo, julgar administrações educacionais ou gestões de governo, se foram positivas ou negativas. O intento é criar subsídios materiais para o replanejamento das estratégias do PME/Mz ou constituir elementos suficientes e basilares para a organização e construção do próximo plano de educação de Mazagão.

2 TRILHAR METODOLÓGICO

> “O êxito começa no exato momento em que o homem decide o que quer e começa a trabalhar para consegui-lo.”
>
> (Roberto Flávio C. Silva)

Após a delimitação do objeto é necessário definir a metodologia da pesquisa, pois ela será responsável pela coleta de dados e sistematização do trabalho. A presente dissertação possui um limiar temporal descrito no Quadro 2. Esse cronograma foi seguido com intuito de se ordenar as ações oriundas da banca de qualificação.

Quadro 1 - Cronograma da Metodologia adota na Pesquisa

Período de Execução		Ação
Novembro a Dezembro de 2018		Seleção dos Agentes envolvidos pelo PME
Janeiro de 2019		Elaboração dos Questionários
Janeiro de 2019		Pré-Teste dos Questionários
Fevereiro de 2019		Aplicação dos Questionários
Fevereiro de 2019		Tratamento e seleção dos Questionários respondidos
Fevereiro a Março de 2019		Análise de Conteúdo dos Questionários
Março, Abril e Maio de 2019		Discussão dos resultados

Fonte: Elaboração própria do autor.

Com o planejamento do que se pretendia fazer e com as orientações pós-banca de qualificação, foram redirecionados os passos da pesquisa, o modo de coleta de dados e o tratamento que seria concedido com as informações coletadas.

2.1 O PASSO A PASSO DA PESQUISA

A Seleção dos Agentes envolvidos pelo PME ocorreu por seu grau de envolvimento ou importância na implementação do referido plano. Feito a seleção, foi realizado a separação deles em dois grupos, a saber, grupo gestor do plano municipal de educação de Mazagão: Ex-Secretário e atual Secretário de Educação do Município, Diretores Escolares, Professores e Coordenadores Pedagógicos. O

outro grupo compreende os usuários do Sistema de Ensino: Alunos e Famílias (comunidade local).

Optou-se pela aplicação de questionários por dois motivos predominantes, os Secretários de Educação tem uma agenda sempre dinâmica e os demais envolvidos sempre estão ocupados com o processo de ensino nas unidades escolares, exceto as famílias. Com os questionários foi possível conceder o tempo necessário para a obtenção das respostas. Mesmo assim, o índice de respostas foi em torno de 80% (oitenta por cento).

Feitos os questionários foi realizado o pré-teste com: os diretores, professores, coordenadores pedagógicos, alunos e famílias. Para os secretários não houve essa etapa pelo tempo que eles dispunham. Em seguida, foram aplicados para a seguinte amostra: 02 (dois)[1] secretários de educação, um em exercício e outro anterior; 08 (diretores escolares), distribuídos em 03 (três) creches, 05 (cinco) pré-escolas, 04 (quatro) escolas de ensino fundamental I (que corresponde do 1º ao 5º ano do ensino fundamental), 01 (uma) escola particular de Ensino Fundamental I[2].

Responderam aos questionários também, 24 professores e Pedagogos (coordenadores pedagógicos)[3] das escolas já citadas, portanto, desde o maternal ao 5º ano do Ensino Fundamental. Ao serem recolhidos os questionários a amostra abrangida das Séries/Anos/Modalidades foi: creche: 2º maternal; Pré-escola: 1º e 2º período; Ensino Fundamental: 1º, 3º, 4º e 5º anos. Desse modo, os únicos docentes que não foram alcançados por esta pesquisa foram os do 1º maternal, 2º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Fundamental I da EJA[4].

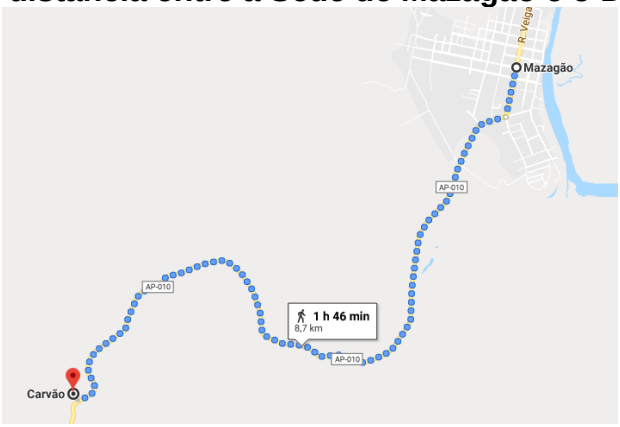
Também foram aplicados questionários a 65 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de 03 (três) escolas que oferecem esse ano, pelo fato de serem os discentes que farão a Prova Brasil e, por conseguinte, serem os responsáveis por gerarem o IDEB das escolas, junto com o índice de aprovação do seu estabelecimento de ensino, esse quantitativo de alunos corresponde a 27% (vinte e

[1] Os critérios de escolha dos atores para responder as perguntas encontram-se nos apêndices, juntamente com os respectivos questionários.
[2] O somatório por Série/Ano/Modalidade são superiores ao número de escolas pelo fato de, às vezes, uma unidade escolar oferecer mais de um nível de ensino. Uma escola da rede privada indeferiu o pedido de aplicação de questionários, através de sua Diretora Regional. A escola de Mazagão Velho oferece os três níveis de ensino (ver figura 3).
[3] Professores e pedagogos responderam ao mesmo questionário pelos motivos elencados no apêndice C deste trabalho.
[4] O município desativou a oferta da Educação de Jovens e Adultos de sua Sede no ano de 2012 e reativou em 2019, esse público ficou sendo atendido por uma escola da Rede Privada de Ensino.

sete por cento) de alunos matriculados no referido ano/série em 2019, pois segundo a SEMED/Mz, neste respectivo ano estavam matriculados 238 (duzentos e trinta e oito) discentes, no 5º ano.

Foram entrevistadas 18 famílias da sede do município de Mazagão, Distrito de Carvão situado a 8,7 km da sede, conforme demonstra a figura 1 e da Vila de Mazagão Velho, que fica a 29,3 km, figura 2. Dessa maneira, ficam delimitadas as amostras e o local da pesquisa.

Figura 1 – Rota e distância entre a Sede de Mazagão e o Distrito do Carvão



Fonte: Google Maps. Adaptado pelo autor

Figura 2 – Rota e distância entre a Sede de Mazagão e a Vila de Mazagão Velho

Fonte: Google Maps. Adaptado pelo autor

Para o tratamento e seleção dos questionários respondidos; análise de conteúdo e discussão dos resultados recorreu-se a literatura já consolidada neste campo do saber. Desse modo, optou-se por um método de pesquisa próprio, o método dedutivo, conforme Lakatos e Marconi (2007, p.272) “A escolha do método remete para uma posição teórica (positivista, estruturalista, dialética, fenomenológica

etc.) que deve ser explicada evidenciando a forma de abordagem". Em relação à forma de abordagem, este trabalho é quantitativo por utilizar o meio estatístico é qualitativo por realizar uma análise de conteúdo.

Optou-se pelo questionário como instrumento de coleta de dados, pois:

> Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.200)

Escolhidos os sujeitos para responderem aos questionários, foram estruturados e em seguida foi feito o pré-teste, conformem salientam as autoras Lakatos e Marconi (2003) para corrigir eventuais problemas de entendimento, mudança de estrutura das perguntas e substituição de perguntas por outras mais adequadas ao público alvo.

Concernente à análise de dados será utilizado o método quantitativo para as perguntas fechadas que nas Sinopses será expresso por porcentagem e a análise de conteúdo para as perguntas abertas, conforme Bardin (1977); Minayo (2009) Lakatos e Marconi (2003 e 2007). Para Bardin (1977, p. 10) "Ao desempenharem o papel de 'técnicas de ruptura' face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa".

Para Minayo (2009, p.21) "A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado". Desta forma, as análises feitas nas sinopses do capítulo cinco que versa sobre os resultados e discussão da pesquisa levará em consideração a elaboração de Síntese Interpretativa como forma de tratamentos dos dados coletados, ou seja, os agentes envolvidos no PME terão as respostas de seus questionários descritos em uma Sinopse, em seguida serão verificados pontos relevantes da cada agente, bem como será feito o cruzamento entre as respostas destes. De acordo com Minayo (2009, p.101) "Isso é possível quando trabalhamos com os sentidos mais amplos que traduzem a lógica do conjunto do material". Desse modo, esses autores serão a base para a análise do capítulo cinco.

3 O ESTADO, O GOVERNO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

"A persistência realiza o impossível."
(Provérbio Chinês)

O Estado assume o seu papel de concentrar a população, demarcar o território, fazer o uso legítimo da força quando necessário para manter a ordem, conforme escreveu Weber (1918) e no caso do Brasil atual, acumula o poder, através de uma concessão realizada pelo povo em eleições periódicas. Já o Governo, parte integrante do próprio Estado como uma de suas instituições, mediante os agentes públicos, é o responsável por executar as ações necessárias para a melhoria da vida dos citadinos. Assim sendo, as ações governamentais são os alicerces das políticas públicas, uma vez que estas são oriundas de ações estatais.

3.1 AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO, O GOVERNO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As relações entre o Estado, o Governo e as políticas públicas no Brasil pós-constituição de 1988 convergem para a melhoria de vida das pessoas com a tentativa de igualar as desigualdades históricas deste país. Tal fato é propulsionado pelo princípio constitucional da "dignidade da pessoa humana" (BRASIL, 1988) que consiste no fato de cada cidadão ter seus direitos respeitados pelo Estado. Dessa forma, o Governo atua para a melhoria dos serviços prestados a população através da proposição, criação e implementação das políticas públicas em geral.

Para Silva (2017) as políticas públicas podem ser entendidas como a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais preservando os direitos individuais e coletivos dos indivíduos pertencentes ao seu território. Desse modo, é imprescindível a compreensão de cada um destes agentes no cenário brasileiro.

3.1.1 O Estado

O Estado brasileiro está ligado historicamente ao que preceitua as Constituições Federais. Desse modo, a disposição administrativa, social, econômica

e as políticas públicas são desenvolvidas conforme o texto constitucional. O Brasil em seu decurso histórico possui oito constituições, sendo quatro elaboradas de formas não democráticas e outras quatro organizadas através de uma assembleia nacional constituinte (de maneira democrática), que consiste em ter legisladores eleitos especificamente para escrever a carta Magna do país. No quadro a seguir, é possível caracterizar todas as constituintes federais, bem como as principais mudanças ocasionadas por estas.

Quadro 2 - Constituições brasileiras e suas principais mudanças para o Estado

Ano	Evento histórico que ocasionou a nova Constituinte	Constituição	Principais mudanças
1824	Independência do Brasil	1ª Constituição	Estabeleceu a monarquia parlamentarista.
1891	Proclamação da República	2ª Constituição	Elaborada através de assembleia nacional constituinte; Mudança administrativa de Províncias para Estados; Estabeleceu o Regime Presidencialista; separação do Estado com a Igreja.
1934	Revolução de 1930	3ª Constituição	Elaborada através de assembleia nacional constituinte; Início da era Vargas; fim das Oligarquias São Paulo - Minas.
1937	Estado Novo (era Vargas)	4ª Constituição	Restrição aos direitos e garantias individuais; Centralização política e administrativa pelo Governo Federal; fim das eleições estaduais para governador.
1946	Processo de Redemocratização	5ª Constituição	Elaborada através de assembleia nacional constituinte; volta da liberdade democrática; fim da censura; volta das eleições estaduais para governador e para presidente da República.
1967	Golpe de 1964	6ª Constituição	Elaborada pelo congresso Nacional viciado pelos militares; supressão das liberdades democráticas; Centralização política e administrativa pelo Governo Federal.
1969	Golpe de 1964	7ª Constituição	Ditadura em si; ausência de eleições; restrições de direitos.
1988	Processo de Redemocratização	8ª Constituição	Elaborada através de assembleia nacional constituinte; voltas das eleições; reconhecimento e descentralização do poder; direito ao voto ampliado; redemocratização; ampliação dos direitos individuais, coletivos e sociais.

Fonte: Elaboração feita pelo autor a partir de Soares (2015a) e das Constituições Brasileiras

Para as análises do objeto de estudo deste trabalho, será levada em consideração à organização do Estado brasileiro trazida pela Constituição de 1988 nos aspectos de possuir uma unidade da Federação; ser uma República Federativa Presidencialista; ter a divisão de poder feita pelos três poderes e incentivar a Democracia. Julga-se que estas são as principais características para se entender o

Brasil atual, reconhecendo que há outras que também possuem suas importâncias contextuais, estruturais e legais.

No que se refere ao princípio republicano a CF de 1988 traz no parágrafo único do artigo 1º o seguinte: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988). Dessa forma, a república brasileira se configura em um regime de poder exercido por um mandado eletivo, que é outorgado pela população por meio de eleições periódicas. Assim, a permanência nos cargos eletivos é temporária e intrasferível para ascendentes ou descentes do eleito.

Neste sentido, o presidencialismo é efetivado pelo Presidente da República que acumula as funções de chefe de Estado e Governo, simultaneamente; no caso dos Estados da Federação e do Distrito Federal, o governo é exercido pelos Governadores de Estado e Governador Distrital, respectivamente, no âmbito municipal esse papel fica a cargo dos prefeitos municipais. Segundo Soares (2015b) com a Constituição em vigência houve uma descentralização dos poderes e a valorização dos demais entes da federação, neste caso, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; com este fato os municípios ganharam importância e passaram a assumir funções importantes em políticas públicas sociais como a educação.

Vale salientar que, os Estados e os Municípios brasileiros passam a ter a sua administração própria regida pela Constituição Estadual, no caso daquele e Lei orgânica, para este, observado em cada caso o contido no dispositivo constitucional conforme: “Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. [...] Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica [...]” (BRASIL, 1988).

Em relação ao federalismo, o Brasil se constitui em um Estado Democrático de direito que veda a separação de seus entes federados já em seu primeiro artigo “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito [...]”. Este fato se corrobora com o artigo décimo oitavo que traz o seguinte: “Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.” (BRASIL, 1988). Assim, a república federativa brasileira torna-se indivisível.

No caso do Estado do Amapá, a Constituição amapaense reforça o prescrito na Carta Magna Federal prevendo que: “Art. 2º São princípios fundamentais do Estado, dentre outros constantes, expressa ou implicitamente na Constituição Federal, os seguintes: I - o respeito à unidade da Federação [...]” (AMAPÁ, 1991). Como qualquer outro Estado Federado, o Amapá não pode se autodeclarar independente ou tentar ser desvincular do território brasileiro.

Do mesmo modo, o Município de Mazagão preceitua em sua Lei orgânica[5] a unidade em relação ao Estado e como consequência a nação brasileira “Art. 1º - O Município de Mazagão, pessoa jurídica de direito público interno, parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Amapá [...] Art. 3º - O Município integra a divisão administrativa do Estado [...]” (MAZAGÃO, 2011).

Sem dúvida a instituição do regime democrático foi o principal ganho com a Constituição em vigência para o povo brasileiro. Retomando o “Art. 1º A República Federativa do Brasil, [...] constitui-se em Estado democrático de direito [...]” (BRASIL, 1988), logo em primeira instância foi possível escolher os representantes políticos e, também foi ampliado o direito de votar e ser votado no Brasil atual, ou seja, a posição social, ideologia e etnia do indivíduo não se tornavam mais impeditivos para tomar voz e vez nos assuntos coletivos. As questões de igualdade e liberdade amplamente discutidas nas obras do francês, Alexis de Tocqueville, pode ser corroborada no artigo 5º da Constituição “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade [...]” (BRASIL, 1988) e são recorrentes durante todo o texto constitucional.

> Abordar, portanto, a questão da liberdade e da igualdade, em Tocqueville, é necessariamente falar de democracia. Em primeiro lugar porque Tocqueville identifica, esclarecendo, igualdade com democracia. Em segundo lugar porque ao não trabalhar apenas com indagações abstratas procura entender a questão da liberdade e da igualdade, onde, acredita, elas não foram contraditórias. Isto é, onde um processo de igualização crescente se dava ao mesmo tempo em que preservava a liberdade, melhor dizendo, onde a democracia se realizava com liberdade. (QUIRINO, 2001, p.80)

Desse modo, a democracia se faz com liberdade e igualdade para que todos tenham espaço para atuação no Estado, seja de forma direta, participando

[5] Com a Constituição Federal de 1988, os Estados foram autorizados a construir as suas próprias constituições, ao passo que, os Municípios deveriam construir as suas Leis Orgânicas Municipais (tem valor de Constituição) as quais deveriam ser formuladas, votadas e aprovadas pelas Câmaras Municipais.

ativamente dos movimentos sociais ou de forma indireta, sendo representando por alguém eleito de maneira democrática em eleições periódicas onde lhe é dado, tanto o direito de votar, quanto o de ser votado. A redemocratização brasileira pós-constituição cidadã, traz consigo vertentes como: a participação, a deliberação e a efetividade das instituições no Brasil atual como aponta Avritzer (2011).

Segundo o autor existe um conjunto de fenômenos que apontam formas ampliadas de participação na democracia brasileira. A ausência na participação traz problemas, tanto para a deliberação, quanto para a efetividade da participação social e institucional, Assim:

> Se tal literatura tem a seu favor a presença de experiências de participação em diversas partes do Brasil, ela também necessita mostrar o papel das formas de participação na operacionalidade da democracia. Essa é a possível origem do assim chamado 'problema da efetividade' (AVRITZER, 2011, p. 14).

A jovem democracia brasileira enfrenta o "problema da efetividade", que consiste, basicamente, em conceder a todos os cidadãos e instituições o direito a participação, sem, no entanto, ter a efetividade destes no momento das deliberações. Deste modo, o Brasil passa por um momento de mudança onde a sociedade ainda se adapta ao modelo democrático instaurado há mais de três décadas.

No que tange as políticas públicas a Carta Magna de 1988 trouxe quatro contribuições importantes, a saber:

> A primeira foi o reconhecimento dos direitos sociais, tendência também observada em constituições recentes de outros países. A segunda foi a universalização do acesso à saúde, antes restrita aos detentores de emprego formal. A terceira foi um significativo aumento das competências concorrentes entre os três níveis de governo *vis-à-vis* as constituições anteriores, decisão pouco notada por muitos analistas. Isso criou as bases para o desenho atual das políticas públicas, notadamente as sociais. A quarta inovação foi a diminuição do quórum para emendas constitucionais, de 2/3 nas constituições dos militares, para 3/5. Isso deu espaço para a promulgação de emendas constitucionais que permitiram a regulamentação de várias políticas sociais constitucionalizadas. (SOUZA, 2018, p.43)

Desta forma, as políticas públicas tiveram seu alicerce lançado para que fossem criadas e implementadas com o intuito de alcançar o maior número de pessoas, deixando bem claro, neste caso, o seu caráter social. Nessa vertente se assenta as políticas públicas educacionais quando é afirmado na constituinte que "Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado [...]" (BRASIL, 1988).

Salvaguarde-se o direito de todos terem acesso ao ensino em escolas públicas e gratuitas, todavia, o desafio de oferecer e alcançar todas as pessoas pela escola no Brasil ainda é um desafio que persistente em pleno século XXI como apontam Azevedo (2001), Saviani (2008), dentre outros autores.

Para elucidar como ocorrem os processos de criação, implementação e avaliação de políticas públicas no Estado brasileiro atual, é necessário que se conheça o papel do Governo como uma das instituições do próprio Estado.

3.1.2 O Governo

Esclarecido as principais características do Estado brasileiro é imprescindível conhecer o papel do Governo para o funcionamento da máquina estatal. Sendo assim, o Estado é o agente abstrato que delimita o seu território de forma geográfica, econômica e social e o Governo se configura nos agentes públicos que promovem às políticas públicas de maneira mais ampla.

No caso brasileiro, o Governo é uma aplicação do poder delegado ao Estado, através de sua população, no entanto, tal poder não é soberano, mas sim dividido entre os poderes executivo, legislativo e judiciário como já preceituava no século XVIII, o político, filósofo e escrito francês, Charles-Louis de Secondat, conhecido mundialmente como Montesquieu. Sobre os três poderes Albuquerque (2006) realizando uma análise da obra “Sociedade e Poder” de Montesquieu, observa que:

> Com traços de enciclopedismo, várias disciplinas lhe atribuem o caráter de precursor, ora aparecendo com o pai da sociologia, ora como inspirador do determinismo geográfico, e quase sempre como aquele que, na ciência política, desenvolveu a teoria dos três poderes, que ainda hoje permanece como uma das condições de funcionamento do Estado de direito [...]. Na sua versão mais divulgada, a teoria dos poderes é conhecida como a separação dos poderes ou a equipotência. De acordo com essa versão, Montesquieu estabeleceria, como condição para o Estado de direito, a separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário e a independência entre eles. A idéia de equivalência consiste em que essas três funções deveriam ser dotadas de igual poder. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 89-94)

A separação dos poderes tornou-se recorrente nas Constituições modernas e como tal, é um dos indicadores de regulação do Estado, pois além do poder ser dividido entre eles, cada qual tem seu papel específico, não havendo subordinação entre estes, mas sim a fiscalização que lhes são próprias, enquanto a

população faz a sua fiscalização social do desempenho de cada um. A teoria de Montesquieu já se evidencia no cenário brasileiro no artigo segundo da Constituição em vigência “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” (BRASIL, 1988). Com esta divisão definida cada poder é exercido por uma autoridade que no caso do Executivo e Legislativo são eleitos pela sociedade, enquanto que no poder Judiciário a maioria assume seus cargos mediante concurso público de provas e títulos.

Para o viés deste trabalho detalha-se o Executivo e o Legislativo pelo fato destes dois estarem diretamente ligados a promoção e implementação de políticas públicas. Em relação ao poder executivo deve ficar claro que o presidente da república acumula os cargos de chefe de Governo e Estado no âmbito federal e ele comanda os ministros de Estado; no caso dos Estados federados o governador é o chefe de Governo e comanda os secretários de estado; em relação aos municípios, este papel é concernente ao prefeito municipal e seus secretários municipais. Em primeiro plano deve ficar evidente que mesmo não havendo subordinação entre essas esferas, a centralização ocorre de maneira indireta em torno do executivo federal. Também deve ficar claro que esses atores sociais são os responsáveis por colocar as políticas públicas em prática, são eles que assumem o poder concedido ao Estado pela sociedade.

Em relação ao poder Legislativo, este é composto pelo Congresso Nacional que abrange a Câmara dos Deputados e o Senado Federal em nível nacional; as Assembleias Legislativas Estaduais, no caso dos Estados Federados e as Câmaras de Vereadores, nos municípios. Este poder é o responsável pela proposição e aprovação de Leis, portanto, o responsável pela criação das políticas públicas em todos os níveis administrativos do Brasil.

> O papel do Poder Executivo nos sistemas políticos democráticos, especialmente sua força e interação com o Poder Legislativo, é um tema central na literatura institucional. Questões como a separação dos poderes, a força do Executivo frente ao Legislativo e sua capacidade de governo se tornaram recorrentes. (BATISTA, 2016, p. 127)

Desta forma, o executivo federal disciplina as políticas publicas sociais, no caso da educação temos o PNE que é oriundo de consulta pública a população (caráter democrático da participação); é votado e aprovado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal e implementado pelo Governo (agentes públicos com os poderes concedidos pelo Estado). Tal política pública federal é normativa e com

isso vincula-se com os Estados Federados e o Distrito Federal, originando os PEE e o Plano Distrital de Educação (PDE), por fim, são criados os PME. Em síntese, as políticas públicas são a ação do Estado através dos seus agentes públicos.

3.1.3 As Políticas Públicas Educacionais

O termo “política” no idioma brasileiro é utilizado de forma geral para delinear todas as ações do Estado com os seus citadinos, segundo Ferreira (2010, p. 596) é o “conjunto dos fenômenos e das práticas relativo ao Estado ou a uma sociedade; Arte e ciência de bem governar, de cuidar dos negócios públicos”. Deste modo, o referido termo é utilizado para todos os fins estatais.

Na literatura é recorrente o uso de três termos de origem anglo-saxões para a palavra Política, são eles: *polity, politics e a policy* que possuem significados diferentes e correspondem a etapas da ação do Estado, segundo Frey (2000) *apud* Silva et al. (2017, p.33):

> para realizar a análise de políticas, é necessário entender a *polity*, que se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; a *politics*, como sendo os processos políticos conflituosos e a *policy*, que são as políticas públicas no seu processo final, os resultados das regras e dos conflitos.

Assim, a *polity* pode ser entendida como a política do próprio sistema político de um país, no caso do Brasil, que é uma República Federativa presidencialista formada pelos Estados Federados, o Distrito Federal e os Municípios, a *polity* se configura na forma de organização do Estado brasileiro, no tipo de governo adotado e nas disputas de poder.

Já a *politics* segundo Dias e Matos (2012) refere-se a política entendida como a construção da luta pelo poder, podendo ser referir à carreira profissional de um político, que por suas atitudes busca obter e ampliar a sua influência. Portanto, na *politics* há disputa por interesses que podem ser individuais ou coletivos. Também há neste campo a concorrência pelo poder.

O terceiro termo de origem inglesa que define a palavra política e a *policy* que:

> Já o termo *policy* (cujo plural é *policies*) é entendido como ação do governo [...] a política, nesse sentido, é executada por uma autoridade legítima que busca efetuar uma realocação dos recursos escassos da sociedade. Nesse caso, a política pode ser adjetivada em função do campo de atuação ou de

> especialização da abrangência governamental encarregada de executá-la. Desse modo, podemos nos referir à política de educação, saúde, assistência social, agrícola, fiscal, etc., ou seja, produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social. (DIAS e MATOS, 2012, p.2)

Desse modo, Dias e Matos (2012) salientam que é adotado a tradução do termo *policy* por "políticas públicas" para referir-se ao conjunto de atividades que dizem respeito à ação do Estado enquanto Governo. Assim sendo, *policy* ou o seu plural *policies* serão adotados para tratar da educação como ação de políticas públicas do Estado em qualquer de seus níveis: federal, estadual, distrital ou municipal.

De acordo com Souza (2006), o cientista político Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: "a política pública faz a política". Desse modo, originaram-se quatro modelos de política pública, a saber: o primeiro se refere às políticas distributivas que são as decisões tomadas pelo governo, que privilegia certos grupos sociais em detrimento de outros; o segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse; o terceiro é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos.

Por último têm-se as políticas redistributivas, "que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais [...] e são as de mais difícil encaminhamento." (SOUZA, 2006, p. 28). Destarte, a educação engloba-se nas políticas públicas sociais e, desse modo, deve atingir a todos os citadinos, ao passo que, encontra dificuldades em sua implementação pelo Estado.

> Abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representam a materialidade da intervenção do estado, ou o 'Estado em ação'. Deste modo, pode-se resgatar, neste mesmo espaço, as particularidades da política educacional contextualizadas segundo as distintas vertentes analíticas. (AZEVEDO, 2001, p.5).

O sistema jurídico brasileiro torna a educação como um direito social, desse modo, todos em idade escolar própria têm direito ao acesso a escola. Quando o Estado não consegue atingir o contingente total de seus cidadãos, criam-se conflitos de ordem social na *policy*. Tais conflitos podem ser os propulsores da

reformulação da política pública ou criação de uma nova que seja mais condizente com os anseios da sociedade.

3.2 A EDUCAÇÃO COMO AÇÃO DO ESTADO

O Estado como agente promotor de políticas públicas por excelência, executa as ações necessárias para que todos tenham seus direitos constitucionais garantidos. O processo de redemocratização trazido pela Constituição de 1988, que consiste basicamente em acesso a serviços essenciais como: saúde, educação e à participação política é colocado para funcionar pela mão estatal.

O acesso e a permanência na escola de todas as crianças em idade escolar, e também daquelas que por algum motivo não tiveram a oportunidade de estudar em um estabelecimento de ensino público e gratuito na idade regular, transforma-se em uma política de estado, e como tal, uma ação, uma política pública. Nesse caso:

> Políticas Públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre ‘o que fazer’ (ações), ‘aonde chegar’ (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e ‘como fazer’ (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010, p. 53 *apud* SILVA et al, 2017, p. 29).

Nessa linha de pensamento, o Estado, através de uma de suas instituições, que é o Governo, decide “o que fazer”, ou seja, dá propulsão nas “ações” para atingir determinada finalidade. No caso da política pública educacional, na maioria das vezes, a normativa é feita pelo poder legislativo em forma de Leis que regulam, normatizam, disciplinam, distribuem responsabilidades, delegam alguns poderes, ao passo que, centralizam outros e avaliam os sistemas de ensino. Assim, a ação estatal inicia no próprio texto constitucional “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988). Dessa forma, é assegurado a todos o direito a educação, prescrevendo que este é um dos deveres do Estado e da família; do mesmo modo, a atual LDBEN preceitua que: “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado [...].”(BRASIL, 1996). Dessa maneira, o próprio direito à educação – ter acesso e a permanência em uma escola pública, gratuita e de qualidade – transforma-se em uma política pública que o Governo precisa respeitar e cumprir, por ser um dos princípios do próprio viés de redemocratização do Estado brasileiro.

Para Azevedo (2001, p. 17) “Quando, pois. A politica educacional é estudada segundo as categorias analíticas próprias a tradição de pensamento neoliberal, a sua dimensão como politica pública de total responsabilidade do Estado -, é sempre posta em xeque”. Deste modo, a política pública de educação como responsabilidade do Estado, possui oscilações quando implementada.

> Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). [...] Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 26).

Na análise de Souza (2006), política pública é “colocar o Governo em ação” ou analisar essa “ação”. No caso brasileiro, as ações nas políticas públicas sociais como é o caso da educação, que visa diminuir as desigualdades sociais e históricas como aponta Azevedo (2001) em seu livro: a educação como política pública. No que concerne às análises das ações estatais no âmbito educacional fica a cargo de órgãos criados para esta finalidade, a exemplo, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que analisa e dissemina dados educacionais de todo o Brasil.

Nesse sentido, quando as políticas públicas desdobra-se em planos, temos o Plano Nacional de Educação brasileiro que para Menegolla e Sant’ Anna (1993, p. 48) “o plano nacional de educação é ‘onde se reflete toda a política educacional de um povo, inserido num contexto histórico que é desenvolvida a longo, médio ou curto prazo’”.

Assim, os planos de educação tem o papel de refletir toda política pública de um determinado povo por um período delimitado, no caso, dez anos. Passado este prazo, as ações são avaliadas e um novo Plano é lançado para corrigir eventuais problemas não solucionados pelo anterior ou trabalhar em outras demandas oriundas das políticas públicas educacionais de responsabilidade do Estado.

A partir da Constituição em vigência surgem: O Plano Nacional de Educação; os Planos Estaduais de Educação; O Plano Distrital de Educação,

específico a Brasília/DF e os Planos Municipais de Educação. Para salvaguardá-los a Carta magna vigente prevê o seguinte:

> Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:
> I - erradicação do analfabetismo;
> II - universalização do atendimento escolar; [...] (BRASIL, 1988).

Com a duração de dez anos, os Planos de Educação adquirem uma importante característica para as políticas públicas, que consiste em ser um plano de Estado, desse modo, a descontinuidade das políticas públicas que o Brasil passou e passa no seu decurso histórico pode ser amenizado, segundo Saviani (2008, p. 11-12):

> Esta se manifesta de várias maneiras, mas se tipifica mais visivelmente na pletora de reformas de que está povoada a história da educação brasileira. Essas reformas, vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do ziguezague ou do pêndulo.

Na atualidade, um mandato eletivo é de quatro anos, permitido uma recondução. Assim, mesmo que um agente político ganhe duas eleições seguidas de acordo com o código eleitoral em vigência, este não será o responsável pelo o início e término de um Plano de Educação.

O objetivo do PNE previsto na Constituição é articular o sistema educacional em colaboração com o distrito federal, estados e municípios, bem como define as diretrizes, metas e estratégias, que quando implementadas, devem assegurar a manutenção e o desenvolvimento do sistema nacional de ensino.

Os aspectos ressaltados no PNE devem conduzir a erradicação do analfabetismo, fato que em dados estatísticos deixam o Brasil em desvantagem perante outros países, inclusive os da América Latina e do Caribe e universalização da educação básica, atender todas as pessoas no sistema de ensino público tem se mostrado outro obstáculo à educação brasileira.

Após a promulgação da Constituinte de 1988 o Brasil levou 13 (treze) anos para homologar o seu primeiro Plano Nacional de Educação pós-constituição

em vigência, através da lei n° 10.172, de 9 de Janeiro de 2001 para o decênio (2001-2011). Assim, Souza (2014, p.11) salienta que:

> O PNE definiu diagnósticos, diretrizes e 295 objetivos e metas relacionadas ao conjunto de níveis – educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior – e modalidades de ensino – Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância e Tecnologias Educacionais, Educação Tecnológica e Formação Profissional, Educação Especial e Educação Indígena –, tratando também da Formação dos Professores e Valorização do Magistério, do Financiamento e Gestão, além do Acompanhamento e Avaliação do Plano, propugnando a efetivação de uma gestão descentralizada pela via do regime de colaboração entre os entes federativos.

Esse primeiro plano foi um documento bastante extenso com 100 (cem) páginas e não obteve o financiamento pedido que, a época, correspondia a 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse valor foi então vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os relatórios finais de avaliação deste Plano apontam para o fracasso visto que a maioria das metas não foram atingidas, conforme aponta Souza (2014).

Mediante o fracasso do Plano citado, foi estipulado um novo para o decênio (2014-2024), vale ressaltar que, durante o período de transição entre os planos, o Brasil ficou 3 (três) anos sem um Plano Nacional de Educação vigente. O atual PNE teve uma redução para 19 páginas, 20 metas e 254 estratégias.

Em consonância com a legislação federal a Constituição do Estado do Amapá preceitua que:

> Art. 284. A lei estabelecerá o plano estadual de educação plurianual e ajustamento anuais, de forma integrada, articulada e harmônica com o plano nacional de educação e com os planos municipais de educação e de acordo com a política estadual de educação, devendo conter, obrigatoriamente:
> [...]
> V - medidas destinadas à erradicação do analfabetismo;
> VIII - universalização do atendimento escolar;
> [...] (AMAPÁ, 1991)

Os dispositivos constitucionais do Estado do Amapá são claros no que concerne as medidas destinadas à erradicação do analfabetismo e universalização do atendimento escolar. O artigo 289 da referida Lei preza que: “O Estado e os Municípios aplicarão, respectivamente, vinte e oito por cento e vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.” (AMAPÁ, 1991).

Neste aspecto, vale ressaltar que a Constituição Estadual prevê uma aplicação maior que a assegurada na Constituição Federal no que se refere ao financiamento da educação, pois no artigo 212 da Constituinte de 1988 está previsto que:

> A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988)

No ensejo a Constituição amapaense, destina 28% (vinte e oito por cento) para a manutenção e desenvolvimento do ensino, e deste, um valor determinado para a erradicação do analfabetismo, conforme o parágrafo 1º do artigo 289 "§ 1º O Estado aplicará, do total da receita destinada ao ensino público, nunca menos de um e meio por cento em programas estaduais de erradicação do analfabetismo, com prioridade de atendimento às populações da zona rural" (AMAPÁ, 19991). Pode-se considerar que o parágrafo 1º do artigo 289, se configura em uma estratégia que permeia o Plano Estadual de Educação por combater diretamente a erradicação do analfabetismo, fator marcante na história das políticas públicas do Brasil.

Nesta linha de pensamento, surge a Lei Estadual nº 1.907, de 24 de Junho de 2015, que dispõe sobre o Plano Estadual de Educação do Estado do Amapá (PEE) para o decênio (2015 -2025) traz em sua composição 26 metas e 320 estratégias para alcançar as referidas. Assim, tem-se o primeiro Plano de Educação do Estado do Amapá pós-Constituição de 1988, ou seja, este documento surge após 27 (vinte e sete) anos da firmação da Carta Magna vigente no país.

Desta forma, configura-se em um plano adaptado a realidade do Estado Federado e possui 6 (seis) metas a mais, em relação ao Plano Nacional de Educação. Com o PEE há abertura para os municípios criarem e implementarem seus planos.

A Lei Orgânica do Município de Mazagão, não prevê em seus dispositivos legais o Plano Municipal de Educação (PME), mesmo sendo uma legislação considerada atual, pois é datada de 2011, mas se pronuncia sobre financiamento educacional em seu artigo 109 "O Município nunca aplicará menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, nela compreendida a proveniente de transferências da União e do Estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino." (MAZAGÃO, 2011). Este artigo é vinculado as Constituições Federal e Estadual e o

valor a ser aplicado no financiamento da educação permanece em 25% (vinte e cinco por cento).

Assim, a Lei Municipal nº 352, de 24 de Junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME/Mazagão o qual traz em sua composição 21 metas e 236 estratégias para alcançar as referidas. Tornando-se o menor dos Planos até aqui analisados, no que se refere ao número de estratégias para alcançar as metas previstas.

Este plano é o objeto de estudo desta dissertação, nele será pesquisado as metas e estratégias responsáveis pela universalização da educação básica e erradicação do analfabetismo pelos seguintes motivos: a universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo são obstáculos históricos e, até o momento, inatingíveis pelas políticas públicas educacionais brasileiras por diversos motivos que vão desde a ordem geográfica, falta de escolas para o número adequado de alunos ou incúria do poder público em todas as suas esferas.

Dessa forma, Azevedo (2001) salienta que:

> Em relação à politica educacional, pode-se dizer que o vírus neoliberalizante não a contagia na mesma proporção em que atinge outras politicas sociais. A educação na condição de um dos setores pioneiros de intervenção estatal, é uma das funções permitidas ao ‘Estado Guardião’ [...] a ampliação das oportunidades educacionais e considerada um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades. (AZEVEDO, 2001, p.15).

O decurso histórico brasileiro guarda vestígios de políticas públicas excludentes e desiguais, que produzem e reproduzem o retrato do Brasil atual. O pilar para a superação dessas diferenças de desníveis sociais, é trazido pela nova Constituição de 1988, conhecida como Constituição cidadã. Ela traz consigo o limiar da redemocratização e da dignidade da pessoa humana, elementos que devem ser trabalhados pelo Estado através do Governo para que se possa ter um convívio mais harmonioso e justo para os citadinos.

4 O CENÁRIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO ANTES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME/Mz)

"A persistência é o menor caminho do êxito."
(Charles Chaplin)

Este capítulo versa sobre o cenário educacional de Mazagão antes da implementação do Plano Municipal de Educação deste local, aprovado pela Lei municipal nº 352, de 24 de junho de 2015, que se configurou no primeiro plano de educação deste município desde a Constituinte de 1988.

Deste modo, passados vinte e sete anos da promulgação da carta Magna do país, Mazagão passa a ter um plano com metas e estratégias que visam melhorar os seus índices educacionais. Assim, será feito uma retomada histórica deste local e, por conseguinte, um estudo dos dados referentes ao período compreendido entre 2010 a 2014 no que concerne à universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo do município em questão.

4.1 HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

"Mazagão: a cidade que atravessou o atlântico"[6] consiste na odisseia moderna de uma cidade que migrou a mando da coroa portuguesa por conflitos religiosos entre a religião católica e a mulçumana, primeiramente, do continente africano ao europeu, por conseguinte, do europeu ao sul-americano. Um deslocamento jamais visto nas histórias moderna e brasileira.

> Durante 260 anos, as sucessivas gerações de moradores, vivendo isolados do resto do continente, numa fortaleza debruçada sobre o mar, ao qual se ligavam por uma estreita porta, haviam sido fustigadas pelo isolamento, pela fome, pelas epidemias, pelos conflitos internos [...], mas nada se comparava ao que estava para acontecer. (FURTADO, 2009, p. 347)

Essa saga termina em terras Tucujus[7] à margem do Rio Mutuacá onde até a atualidade os vestígios de história e tradição são levados a sério pelos descendestes deste povo que migrou por três continentes, um oceano e pelo maior

[6] Subtítulo da obra: VIDAL, Laurent. Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 294p.

[7] Nome atribuído às terras que hoje fazem parte do Estado do Amapá, pois os historiadores e Antropólogos são uníssonos em afirmar que as tribos indígenas dos Tucujus foram as mais numerosas que habitaram esse lugar.

Rio do mundo, o Amazonas. Para estabelecer de forma singular a sua cultura, fé, religião e crenças em território amapaense.

A história de Mazagão, sem dúvida, é singular em diversos aspectos, iniciando por seu deslocamento e pelos motivos religiosos nas batalhas entre Mouros e Cristãos oriundos do cristianismo português no continente africano, levou a referida cidade a migrar de um continente a outro (África – Europa); por conseguinte, faz a travessia do Oceano Atlântico, passando ao continente Sul-americano (Europa – América); depois pelo maior Rio do mundo em extensão e quantidade de água, o amazonas, até sua instalação no local hoje conhecido como Mazagão Velho[8], ás margens do Rio Mutuacá[9] "Mazagão velho guarda um capítulo especial da história da colonização brasileira: uma cidade foi 'transplantada' do continente Africano para a Amazônia. (ACFST, 2012, p. 9)[10]". Para chegar do Continente africano ao sul-americano, Mazagão contou com três deslocamentos pelas seguintes rotas ilustradas na cor amarela na figura 3.

Figura 3- Rotas Feitas pelos mazaganenses do Continente africano ao sul-americano

Fonte:https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/wp-content/uploads/2015/04/mapa-mundi.png
Adaptada pelo autor

A primeira rota iniciou em Marrocos (continente Africano) até Portugal (Continente Europeu), logo:

[8] A Nomenclatura de "Mazagão Velho" se dá pelo fato de em 1915 ter sido criado "Mazagão Novo ou Mazaganópolis", que na atualidade é a sede do Município, sendo Mazagão Velho uma de suas vilas.
[9] É um Rio brasileiro afluente do Rio Amazonas, o maior Rio do planeta em tamanho e quantidade de água. A atual Vila de Mazagão Velho se estabeleceu ás margens do Rio Mutuacá.
[10] Publicado no Jornal O LIBERAL, de Belém (PA), de 24 de julho de 2007 e está presente nas obas: Associação Cultural da Festa de São Tiago – ACFST (2012) e Penha (2017), com adaptações.

> Em 11 de março de 1769, na baía de Mazagão, uma cidade inteira se prepara para bater em retirada. Não se trata simplesmente de um exército que deixa o campo de batalha, mas de uma cidade que abandona seu espaço vital, uma sociedade urbana que se separa de seu invólucro de pedra. (VIDAL, 2008, p. 51)

Segundo Vidal (2008) o total de famílias evaziadas de Marrocos rumo a Portugal foi de 469, totalizando 2.092 pessoas. Assim, uma cidade inteira com seu exército muda da África para a Europa. Porém, esse deslocamento não seria o definitivo, uma vez que, "Em 10 de março de 1769, D. José I, rei de Portugal desativou a cidade de Mazagão em território marroquino e 340 famílias ali sitiadas pelos mouros, foram transferidas para Belém, onde aportaram em janeiro de 1770. (SANTOS, 1994, p. 20)".

Nesse segundo translado, Mazagão muda novamente de continente, passando do europeu para o americano, mais especificamente para a cidade de Belém, cidade do Brasil colonial. A forma administrativa desta época é fator preponderante para o destino de tal cidade, logo a colônia portuguesa denominada de Brasil passava por sucessivas mudanças a mando da coroa portuguesa.

> A forma de administração do Brasil, em 13 de julho de 1621, foi novamente reformulada. As capitanias passaram a ser administradas em dois blocos: Estado do Brasil [...]; Estado do Maranhão, que depois se transformou em Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a sede alternando-se, entre as cidades de São Luís e Belém "[...] em 14 de julho de 1637, o rei Felipe IV decidiu-se pelo povoamento da área, criando a Capitania Cabo do Norte, compreendendo as terras que hoje são amapaenses, até o rio Nhamundá (hoje Paru)" (SANTOS, 1994, p. 7-8).

Na terceira e definitiva rota de (Belém) para Mazagão Velho (foz do Rio Mutuacá). A cidade atravessa o maior Rio do Mundo, o amazonas, para instalar-se em seu local de destino final, mas o modo de transladação foi lento e nem todas as famílias chegaram a esse destino.

> A primeira expedição para transferência das famílias parte de Belém no dia 23 de maio de 1771: ela abarca 29 pessoas e 11 escravos. Até a oitava viagem, datada de 16 de novembro de 1771, transportes se sucedem no ritmo contínuo de cerca de uma expedição por mês. Se excetuarmos o primeiro transporte, de abril de 1770, constituído por apenas uma família, constataremos que em um ano (entre maio de 1771 e maio de 1772) são 113 famílias, isto é, 403 mazaganenses e 103 escravos [...] (VIDAL, 2008, p. 153).

Há nos registros históricos divergências quanto à quantidade de famílias que foram alojadas em Nova Mazagão, nome dado para distinguir da Mazagão

Africana, mas são uníssonos ao afirmar que esse povoamento iniciou em 1770, um ano após a partida do continente africano para o americano.

> O governador Ataíde de Teíve, para alojar esses colonos, mandou construir um povoado às margens do Rio Mutuacá. Em 7 de julho de 1770, começaram a ser transferidas 136 famílias para a Nova Mazagão (hoje cidade de Mazagão Velho), como passou a denominar-se o lugar, desde o dia 23 de Janeiro de 1770, quando foi elevado à categoria de vila. (SANTOS, 1994, p. 21)

Desse modo, em apenas um ano, a cidade de Mazagão que convivia dentro de uma muralha em meio a uma praça no Marrocos, passa a ter uma nova muralha formada pela floresta amazônica que a separa da coroa portuguesa de maneira geográfica, permanecendo apenas à memória de um passado dissipado pela distância.

Com a independência do Brasil, houve a promulgação da primeira Constituição brasileira (1824). Com ela veio à mudança administrativa de Capitania Hereditária para Província, assim, segundo Santos (1994) Mazagão perde o seu foro de Vila passando a ser denominado de povoado, com o nome de Regeneração, tendo ainda seu território anexado ao Município de Macapá. Tal fato foi ocasionado pela reforma administrativa da província de 14 de maio de 1833.

O autor reitera que a cidade de Mazagão, neste período, não possuía mais condições ambientais e urbanísticas para funcionar como sede do município. Mas a pedido da população que não se conformava com a destituição da Vila e nem com a sua junção a Macapá, promulgou-se a lei do Estado do Pará[11] de nº 46 de 09 de Julho de 1915 transferindo a Sede do Município de Mazagão para Mazaganóplis ou Mazagão Novo[12]; enquanto que a lei nº 1.471 de 04 de março de 1916, transfere a sede da Comarca para Mazaganópolis.

> Em 09 de julho de 1915, quando o intendente Alfredo Valente Pinto, sancionou lei municipal oficializando a transferência, com a vila passando a denomina-se de Mazaganópolis, resolução essa confirmada em 15 de novembro do mesmo ano por lei estadual. (SANTOS, 1994, p. 58)

[11] O atual Estado do Amapá fazia parte das terras que compreendem hoje o Estado do Pará, a separação entre eles se deu com a Constituição de 1988.

[12] Nomes dados para diferenciar da Vila de Mazagão Velho que existe até a atualidade e foi o berço histórico da cidade. Para fins deste trabalho será adotada a nomenclatura “Mazagão” que abrange todo o território do Município desde 1915 até a atualidade.

Desse modo, foi criada a nova cidade de Mazagão e sua instalação se deu em 15 de novembro de 1915. Atualmente, a cidade faz limites ao norte com os municípios de Pedra Branca do Amapari e Porto Grande; Santana a nordeste; foz do rio Amazonas a sudeste; Vitória do Jari a sul e Laranjal do Jari a oeste.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o município de Mazagão possuía 17.032 habitantes e a projeção de 20.387 habitantes para 2017. Sua área é de 13.295 km², possuindo assim uma Densidade Demográfica de 1,30 hab/km². (IBGE, 2010)

No caso de Mazagão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em 2010 era de 92.9%. Quando comparando com o país Mazagão ocupa a posição de 5.342º de 5.570 municípios; se comparado ao Estado do Amapá, ocupa a posição 15º de 16 municípios; quando comparado a sua micro região[13], ocupa a 3º posição de 3. (O seu Município em números 2016: Mazagão. IBGE, 2010)

Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Anos iniciais do ensino fundamental, possui a nota de 3,9. Ao ser comparando com o país ocupa a posição de 4792º de 5.570 municípios; já em relação ao Estado do Amapá, ocupa a posição 6º de 16 municípios; quando comparado a sua micro região, ocupa a 2º posição de 3. Em relação ao IDEB – Anos finais do ensino fundamental, possui a nota 2,7 que o deixa na posição 5121º de 5.570 municípios brasileiros; ao se comparado com o Estado e com a micro região é o último entre todos os dezesseis municípios. (O seu Município em números 2016: Mazagão. IBGE, 2010) e (INEP, IDEB - Resultados e Metas, 2017)

4.2 O QUE APONTAVAM OS DADOS ESTATÍSTICOS ANTES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

As tabelas e gráficos deste capítulo levam em consideração os cinco anos que antecederam a promulgação do Plano Municipal de Educação do Município de Mazagão que ocorreu em 2015 e visam mostrar a realidade educacional do município, no que concerne a universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo antes da implementação do referido plano, para que a posteriori,

[13] Micro região é formada pela Capital Macapá e pelos municípios de Mazagão e Santana após a criação da área de livre comércio entre essas três cidades amapaenses.

possa ser feito um paralelo com o triênio subsequente que marca o início da prática deste documento.

4.2.1 A Universalização da educação básica

Iniciando-se pelo ano de 2010, mesmo ano do último Censo Demográfico, obtiveram-se os seguintes dados concernentes as matrícula em estabelecimentos de educação básica.

Tabela 1 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2010

Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA-Fundamental	Total de Matrículas
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série - anos iniciais	5ª a 8ª série - anos finais	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas	
Estadual	0	0	1939	1.499	338	3.776
Municipal	289	673	1.367	0	90	2.419
Privada	0	0	0	91	723	164
Total	289	673	3.306	1.590	501	6.359

Fonte: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2019. (Adaptado pelo autor)
* Já inclusos os alunos da Educação Especial e Inclusiva.

Alguns aspectos desta tabela precisam ser esclarecidos para que se possa compreender as demais. O primeiro ponto a ser analisado é o fato da educação no município de Mazagão ainda não ser municipalizada, deste modo, há matriculas, tanto na rede estadual, quanto na municipal de alunos em idade escolar própria. Esse fato faz com que o Município divida as suas responsabilidades de matricular todos os seus alunos com o Estado e, dessa forma, responde por aproximadamente 40% das matrículas das creches, pré-escolas, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (EJA). Já a rede estadual fica com 60% da responsabilidade de colocar todas as crianças na escola. Desse modo, a atual LBDEN não é cumprida em sua totalidade, pois no artigo 11, inciso I tem-se que: “Os Municípios incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;” (BRASIL, 1996).

A rede privada é composta por três unidades escolares: Escola SESC Ler Mazagão, Escola Agroextrativista do Carvão, situada no Distrito do Carvão e Escola Agroextrativista do Maracá, situada no distrito do Maracá.

Tomados os dados do Censo Demográfico de 2010 temos que 72% dos 1.983 habitantes que nunca frequentaram a escola no munícipio de Mazagão estão na faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Clientela pertencente à educação infantil (creche). Esse contingente é ainda mais aparente quando comparado com as 289 matrículas efetuadas em tal segmento no ano em questão.

O direito constitucional de que todos têm a estudar “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988) é cerceado pelo baixo número de matrículas neste segmento, mas o município deve “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas [...]” (BRASIL, 1996). Este ponto precisa de atenção por parte do Governo na implementação do Plano Municipal de Educação de Mazagão.

Tabela 2 – Alunos que nunca frequentaram a escola - Mazagão - (CENSO, 2010)

Grupo de idade	Quantidade
0 a 3 anos	1.427
4 anos	157
5 anos	110
6 anos	47
7 a 9 anos	75
10 a 14 anos	56
15 a 19 anos	111
TOTAL:	**1.983 Habitantes**

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/23/22469?detalhes=true> (Adaptado pelo autor)

A menor distorção se encontram na faixa etária de 7 a 14 anos que conta com 6,60% dos alunos que nunca foram a escola. Quando comparado com o número de matriculas no ano letivo de 2010 essa faixa etária correspondeu por 76% dos alunos matriculados. Também ao se observar o quantitativo de pessoas que já frequentaram a escola, mas não estão nela, temos o seguinte:

Tabela 3 – Alunos que não frequentavam a escola, mas já frequentaram um dia - Mazagão - (CENSO, 2010)

Grupo de idade	Quantidade
0 a 3 anos	15
4 anos	9
5 anos	19
6 anos	4
7 a 9 anos	8
10 a 14 anos	128
15 a 19 anos	538
TOTAL:	**721 Habitantes**

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/23/22469?detalhes=true> Acesso em: 23 mar. 2019. (Adaptado pelo autor)

Dos 721 alunos nesta situação, 92% correspondem a faixa etária de 10 a 19 anos. Desta maneira, algum evento tira essas crianças, adolescentes e adultos da escola sem que estes retornem. Não se trata especificamente de evasão escolar, mas de abandono sem retorno no ano subsequente. Segundo a PNAD (2011) a taxa de abandono entre os jovens entre 18 e 24 anos ficou em 37,9% para os homens e 26,6% para as mulheres. Números muito altos quando comparados com outros países, se comparado com a Europa é o dobro conforme dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Tabela 4 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2011

Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA-Fundamental	Total de Matrículas
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série - anos iniciais	5ª a 8ª série - anos finais	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas	
Estadual	0	0	1.747	1.551	241	3.539
Municipal	236	807	1.283	0	104	2.430
Privada	0	0	0	53	62	115
Total	236	807	3.030	1604	407	6.084

Fonte: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2019. (Adaptado pelo autor)
Já inclusos os alunos da Educação Especial e Inclusiva.

O ano seguinte, 2011 manteve-se similar ao anterior e as principais alterações foram o aumento de 20% das matrículas em pré-escolas, o número total de Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) retraiu 9%, em relação às séries iniciais do ensino fundamental, diminuiu 8% e o total de matrícula caiu 5% em relação a 2010. Essa decadência foge a normalidade, pois a população cresce e o número de matrículas deve seguir o mesmo panorama.

Tabela 5 - População Estimada de Mazagão de 2010 a 2017

População Estimada	Ano
17.032 (último Censo)	2010
17.420	2011
17.794	2012
18.739	2013
19.157	2014
19.571	2015
19.981	2016
20.387	2017

Fonte: Censo 2010 – Mazagão.

Como se percebe na tabela acima, a população de Mazagão tem uma estimativa de crescimento de aproximadamente 2% ao ano segundo dados do IBGE,

deste modo, o número de matrículas deveriam crescer ano após ano e não retrair. Neste último caso, aumentam o quantitativo de pessoas foram do ambiente escolar e com isso o distanciamento da universalização do ensino para todos. Não atender todas as crianças, adolescentes e adultos na rede de ensino é uma das formas pelas quais o poder público deve redirecionar as políticas públicas, neste caso, seria propor estratégias condizentes com a realidade de Mazagão.

Tabela 6 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2012

Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA-Fundamental	Total de Matrículas
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série - anos iniciais	5ª a 8ª série - anos finais	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas	
Estadual	0	0	1.673	1.713	255	3.641
Municipal	328	752	1.260	0	127	2.467
Privada	0	0	0	125	73	198
Total	328	752	2.933	1.838	455	6.306

Fonte: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2019. (Adaptado pelo autor)
*Já inclusos os alunos da Educação Especial e Inclusiva.

Ao serem comparados os anos de 2011 e 2012, os dados que mais chamam a atenção é o aumento no número de matrículas no Ensino Fundamental, anos finais em 17% e o significativo aumento no número de matrículas em creches que chegou a 39% em relação ao ano anterior. Assim, a quantidade de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos que frequentava a escola neste período aumentou significativamente. Vale salientar que este vertiginoso aumento de matrículas na educação infantil não ocorreu por inauguração de novas escolas. Ao analisar os números de habitantes nesta faixa etária pelo último Censo, tem-se que este aumento ainda é pouco perto da quantidade de crianças que possuem o direito constitucional de estudar.

A LBBEN em vigência se pronuncia sobre a garantia de todos terem o direito a educação:

> Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental [...]
> II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;
> IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (BRASIL, 1996).

Passados vinte e três anos da promulgação desta lei, é possível constatar que ainda é grande o número de crianças e adolescentes que se encontram fora do

ambiente escolar. Dados de uma política pública marcada pela descontinuidade como afirma Saviani (2008).

Tabela 7 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2013

Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA-Fundamental	Total de Matrículas
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série - anos iniciais	5ª a 8ª série - anos finais	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas	
Estadual	0	0	1.580	1.836	225	3.641
Municipal	420	753	1.284	0	197	2.654
Privada	0	0	0	109	0	109
Total	420	753	2.864	1945	422	6.404

Fonte: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2019. (Adaptado pelo autor)
* Já inclusos os alunos da Educação Especial e Inclusiva.

O comparativo entre os anos de 2012 e 2013 revela que as matrículas no Ensino Fundamental, anos finais aumentaram em 6% e as matriculas em creches voltaram a crescer de forma significativa, chegando a 31% em relação ao ano anterior. De acordo com a PNAD (2015) as famílias das crianças com menos de 4 anos que mantinham os seus filhos nas creches possuíam um rendimento médio per capita maior em relação àquelas que não conseguiam as vagas.

Tabela 8 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2014

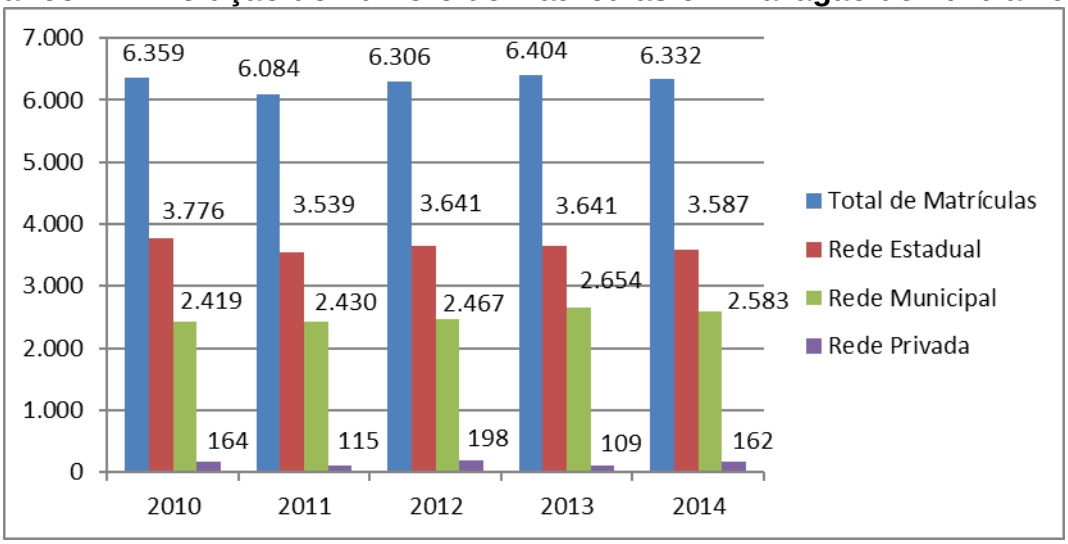
Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA-Fundamental	Total de Matrículas
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série - anos iniciais	5ª a 8ª série - anos finais	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas	
Estadual	0	0	1.547	1.801	239	3.587
Municipal	412	819	1.202	0	150	2.583
Privada	0	0	0	132	30	162
Total	412	819	2.749	1.933	419	6.332

Fonte: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2019. (Adaptado pelo autor)
* * Já inclusos os alunos da Educação Especial e Inclusiva.

Traçando-se um paralelo entre os anos de 2013 e 2014 pode-se observar que o número de matrículas na pré-escola aumentou em 9%, enquanto nas séries iniciais do Ensino fundamental retraiu em 5%.

O atual Plano Nacional de Educação traz em sua primeira meta a universalização da educação infantil para crianças de quatro a cinco anos de idade e na segunda meta diz que o ensino fundamental de seis a quatorze anos deve ser universalizado. (BRASIL, 2014).

Gráfico 1 – Evolução do número de Matrículas em Mazagão de 2010 a 2014



Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos dados disponíveis em: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2019. (Adaptado pelo autor)

A evolução no número de matrículas no município de Mazagão no quinquênio (2010 – 2014) mostrou-se sem alterações que pudesse ser tidas como significativas em relação um ano após o outro. Certamente o maior aumento durante esse período ocorreu na educação infantil, creche, que cresceu 31% em 2012 a 2013. Contudo é perceptível que uma parcela considerável de crianças e adolescentes permanecem sem estudar.

> É importante destacar que a ampliação da oferta no ensino fundamental evidenciasse na década de 1990 através do processo de democratização do acesso a esta etapa da educação básica permeado pela mudança na legislação educacional, a qual despertou o interesse dos entes administrativos, dentre outros motivos, em função de questões de ordem financeira. (FLACH, 2015, p. 747)

A ampliação tratada pela autora é mais evidente no ensino fundamental de seis a quartoze anos, ondem as matrículas superam os 90% da população nesta faixa etária. Vale ressaltar que esta fase da educação é alvo das politicas públicas educacionais, principalmente, pós-Constituinte de 1988 e LBDEN de 1996. Outro problema a ser superado pela educação brasileira é o alto indice de analfabetismo que marca a história da educação do Brasil.

4.2.2 A Erradicação do analfabetismo

Segundo o IBGE no Censo de 2000 o Brasil possuía 13,64% de sua população composta por analfabetos. Passados dez anos, no Censo de 2010, o país

diminuiu apenas quatro pontos percentuais nesta taxa, ficando com 9,63% o que correspondia à época a 13,9 milhões de brasileiros que não sabiam ler e nem escrever. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, tem o papel de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, tal índice é lançado de dois em dois anos. Desta forma, o IDEB de Mazagão será analisado, com o intuito de saber como está a educação oferecida aos alunos matriculados.

Tabela 9 – IDEB do Brasil – metas para os Municípios de 2007 a 2013 (4ª Série/ 5º ano do Ensino Fundamental)

IDEB Observado					Metas Projetadas			
2007	2009	2011	2013		2007	2009	2011	2013
4.0	4.4	4.7	4.9		3.5	3.8	4.2	4.5

Fonte: IDEB.
* os resultados em verde se referem ao alcance das metas projetadas

É possível observar que as projeções feitas para o IDEB nacional de 2007 a 2011 foram superadas, inclusive ficando em torno meio ponto a cima da meta. Já o ano 2013 sofreu uma decadência em relação ao que deveria alcançar. Esse índice visa atingir a nota 6,0 pontos até 2021. Está nota corresponde a dos países desenvolvidos.

> O IDEB tornou-se a forma privilegiada e frequentemente a única de se analisar a qualidade da educação básica brasileira e, por isso, tem tido grande influência no debate educacional no país. Sua introdução colocou no centro desse debate a ideia de que hoje os sistemas educacionais brasileiros devem ser avaliados não apenas pelos seus processos de ensino e gestão, mas principalmente pelo aprendizado e trajetória escolar dos alunos. (SOARES e XAVIER, 2013, p. 904).

Para atingir a nota bianual do IDEB são levados em consideração duas variáveis: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias obtidas na prova Brasil, substituída pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Assim, é projetada uma meta que aumenta continuamente até que todas as escolas públicas ou privadas consigam no mínimo 6,0 pontos até o ano de 2021. Vale salientar que o valor máximo do IDEB é de 10, 0 pontos. É uma forma de avaliar, se até a antiga 4ª série, atual 5º ano do Ensino fundamental, as crianças conseguem obter uma educação de qualidade, lhes possibilitando aprender a escrever, ler, interpretar e calcular com eficiência e com isso baixar os níveis de analfabetismo do país.

Tabela 10 – IDEB de Mazagão de 2007 a 2013 (Rede de Ensino: Federal, Estadual e Municipal – 4ª Série/ 5º ano do Ensino Fundamental)

IDEB Observado					Metas Projetadas			
2007	2009	2011	2013		2007	2009	2011	2013
2.9	3.2	4.0	3.3		2.6	2.9	3.3	3.6

Fonte: IDEB .* os resultados em verde se referem ao alcance das metas projetadas

O fato do município de Mazagão dividir com o Estado do Amapá o dever de manter todas as crianças matriculadas gera a situação de o IDEB deste município precisar ser analisado de duas formas para poder ser gerado os devidos panoramas educacionais.

Ao ser analisado o IDEB da 4ª série/5º ano do ensino fundamental do município juntamente como o Estado, tem-se que este índice foi superado de 2007 a 2011 de forma discreta em relação à meta projetada. O ano de 2013 seguiu o panorama nacional e ficou aquém do previsto. Em Mazagão não existem escolas federais ofertando o ensino fundamental.

O IDEB se transforma no principal índice para averiguar a qualidade da educação oferecida pelas redes educacionais, desse modo:

> Uma justificativa nunca explicitada para o uso de resultados de rendimento e aprendizado no monitoramento de sistemas de educação básica é que apenas dessa forma o Estado fica sabendo se o direito à educação de seus cidadãos está sendo atendido. Na ausência de um sistema como esse, o direito público subjetivo estabelecido no texto constitucional não pode ser monitorado e, eventualmente, exigido. (SOARES e XAVIER, 2013, p. 905).

Assim, o monitoramento visa à melhoria com o repasse de dinheiro as escolas que apresentam a maior vulnerabilidade em seus índices educacionais. A união cumpre com o seu caráter supletivo para que todas as unidades escolares atinjam a meta estabelecida até o ano de 2021, sendo que as metas projetadas para o Estado do Amapá são inferiores às metas projetadas para o Brasil. Esse fator faz ficar mais difícil atingir os 6,0 pontos de IDEB até a data estabelecida.

Tabela 11 – IDEB do Município de Mazagão de 2007 a 2013 (Rede de Ensino: Municipal – 4ª Série/ 5º ano do Ensino Fundamental)

IDEB Observado					Metas Projetadas			
2007	2009	2011	2013		2007	2009	2011	2013
2.8	2.7	3.7	2.9			3.1	3.5	3.8

Fonte: IDEB .* os resultados em verde se referem ao alcance das metas projetadas

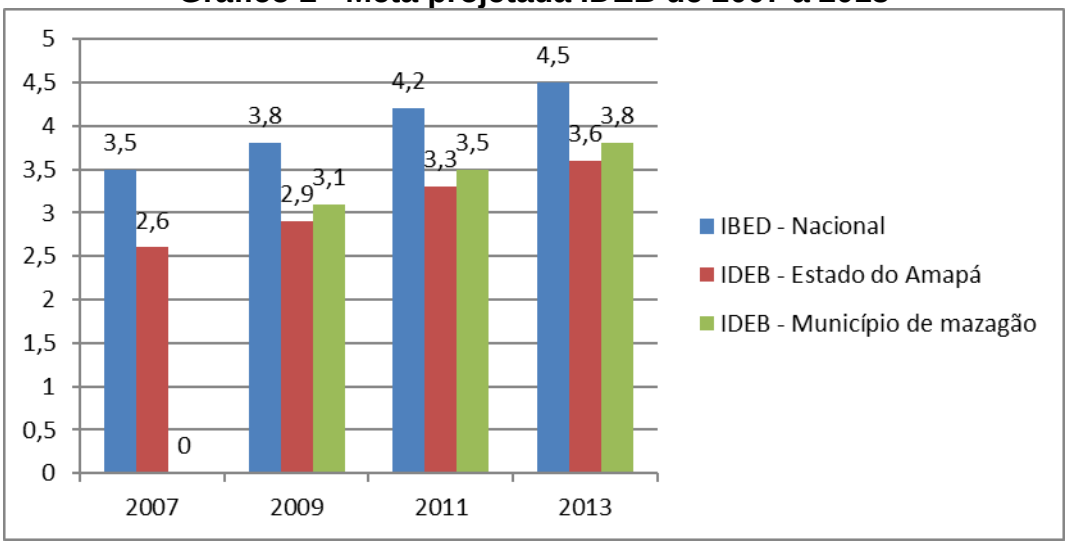
Ao analisar os dados da tabela acima, primeiramente temos a rede de ensino de Mazagão dissociada da rede estadual, pois vale ressaltar que o Estado

atende aproximadamente cerca de 60% das matriculas do Ensino Fundamental I e II que compreendem do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. O município atende os demais 40%. Isso se deve pelo fato do ensino fundamental ainda não ser municipalizado no Estado do Amapá.

Quando comparado às projeções do IDEB de Mazagão com o realmente observado em relação as suas metas pode-se concluir que: este ente federado apenas alcançou a meta do ano de 2011, ficando abaixo em 2009 e 2013 e no ano de 2007, quando foi lançado o IDEB, este município não projetou nenhuma meta a ser alcançada, mesmo conseguindo 2,8 pontos. Pontuação superior a meta projetada pelo Estado para tal período. A projeção deste índice feita pela rede municipal é maior em relação à projeção feita pela rede estadual.

A faixa etária de 6 a 14 anos é a que possui o maior número de matrículas de acordo com os dados do INEP. A (PNAD) de 2011 afirma que o Brasil contava com uma população de 195.243.000 habitantes. Neste ano, a porcentagem de analfabetos era de 9,15% da população total, sendo que a faixa etária de 5 a 14 anos correspondia por 2,80% dos analfabetos do país. O que em números superava 5 milhões de analfabetos nesta faixa etária.

Gráfico 2 - Meta projetada IDEB de 2007 a 2013



Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos dados coletados em: IDEB – Resultados e metas.

Ao serem analisadas lado a lado as metas projetadas para o Brasil, Estado do Amapá e Município de Mazagão, chega-se a conclusão que a projeção nacional é maior, seguida pela municipal e por último a estadual. Outro fator a ser

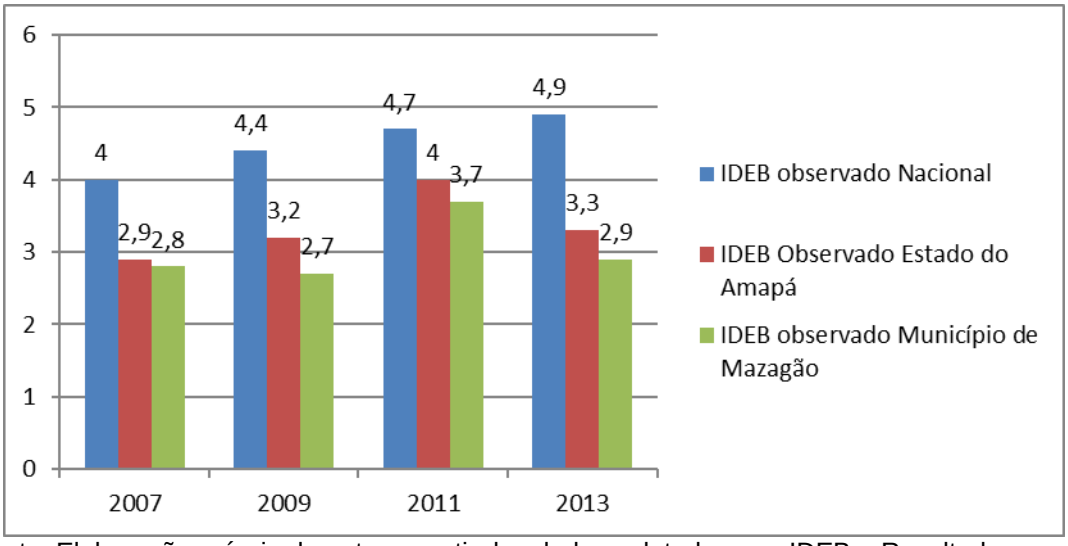
observado é que em 2007, primeiro ano de vigência do IDEB, o referido município não efetuou nenhuma projeção de metas.

A PNAD de 2012 afirmou que o país tinha 9,25% de analfabetos em relação a sua população que era de 196.877.000. O percentual de não alfabetizados entre 5 a 14 anos correspondia por 2,56% da população, ou seja, a parcela da população que não sabia ler e nem escrever se manteve similar ao ano anterior. É importante ressaltar que a população total aumentou em 14 milhões de habitantes.

> Qualquer indicador de política social (e educação é uma política social) deve ser capaz de acionar programas e ações que apoiem as instituições que apresentam vulnerabilidades. Dessa forma, quando a hierarquização/responsabilização pelo IDEB cede ao suporte necessário para se assegurar aprendizagens a todos [...] (DUARTE, 2013, p. 345).

A erradicação do analfabetismo no Brasil vem diminuindo como aponta os Censos de 2000 e 2010. Em 2000 o país contava com 13,63% de sua população analfabeta, o que correspondia a 16 milhões de brasileiros, já em 2010 esse número retraiu para 9,6% da população correspondendo a aproximadamente 14 milhões de pessoas. É notório a diminuição em um prazo de dez anos, políticas públicas foram implementadas para essa diminuição como os Planos de Educação, mas ainda se mostra um número muito alto quando comparado a outros países, inclusive os da América Latina e do Caribe.

Gráfico 3 - IDEB observado de 2007 a 2013



Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos dados coletados em: IDEB – Resultados e metas.

É perceptível neste gráfico que, tanto o Estado do Amapá, quanto o município de Mazagão ficam distantes do IDEB alcançado em escala nacional. Quando comparado apenas o Estado com o Município, têm-se índices semelhantes, mas com o ente municipal aquém da meta nacional. Desse modo, a nota 6,0 almejada para o ano de 2021 fica distante.

Para no ano de 2013 a PNAD afirmou que o Brasil tinha 201.467.000 habitantes e 9,68% desses eram analfabetos. Os analfabetos da faixa etária de 5 a 14 anos correspondia por 2,74% dos analfabetos do país. Mostrando que em valores reais o analfabetismo aumentou nesta faixa etária em relação aos anos anteriores. A população em relação ao ano anterior aumentou em torno de 4 milhões de pessoas.

Com analfabetismo em todas as faixas etárias, o Brasil lança mão de mecanismo para ensinar pelo menos aqueles que se matriculam nas redes de ensino.

> O IDEB permite identificar as redes e as escolas públicas mais frágeis a partir de critérios objetivos e obriga a União a dar respostas imediatas para os casos mais dramáticos ao organizar o repasse de transferências voluntárias com base em critérios substantivos, em substituição ao repasse com base em critérios subjetivos. O escopo é atender imediatamente os 1.242 municípios e as 7.085 escolas com os mais baixos indicadores e, em curto prazo, todos os que estejam abaixo da média nacional. Isso exigirá do Ministério da Educação uma mudança de postura radical no atendimento aos entes federados. Em vez de aguardar as respostas às suas resoluções, selecionando os ‘melhores’ projetos apresentados, muitas vezes elaborados por consultorias contratadas, trata-se de ir ao encontro de quem mais precisa, construindo o regime de colaboração na prática. (BRASIL ,2007, p.23)

Dessa maneira, praticamente um quarto dos municípios brasileiros precisam de repasses a mais para trabalharem em cima de suas dificuldades, pois estão muito abaixo do que se deseja. A este panorama não são somados os municípios que estão um pouco abaixo das metas, apenas estão aqueles que se distanciaram muito. Para se alcançar a sonhada nota 6,0 em 2021, é necessário que todas as unidades escolares consigam se alinhar ao que se propõe, desse modo, o analfabetismo histórico que o Brasil enfrenta ganha números que são alvos das politicas públicas de melhoria do ensino.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

> “O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas sim pelas dificuldades que superou no caminho”.
>
> (Abraham Lincoln)

Este capítulo visa à discussão da implementação do Plano Municipal de Educação de Mazagão, do olhar dado a esse panorama educacional pelos gestores do sistema de ensino: Secretários, diretores escolares, professores e coordenadores pedagógicos, bem como dos usuários do referido sistema: aluno e famílias. Também demonstra os resultados da pesquisa no recorte temporal de 2015 a 2017. Sobre os Planos de Educação o texto constitucional prevê que eles serão estabelecidos por lei e terão duração decenal. Ressalta que “Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”. (BRASIL, 1988). Dessa forma, no caso de Mazagão, o ente federado municipal tem um papel obrigatório a cumprir, ou seja, a educação ofertada nas creches e pré-escolas, pois o ensino fundamental II ainda não foi municipalizado, ficando a cargo do Estado oferecê-lo as crianças e adolescentes. O ensino fundamental I (de 1º ao 5º ano) é oferecido pelas duas redes de ensino simultaneamente.

Com a promulgação da lei nº 13.005 de 25 de junho de 2015 o Brasil ganha o seu segundo Plano Nacional de Educação, um documento que sistematiza, planeja e executa de maneira macro a política pública nacional. Ele traz consigo a obrigatoriedade para que os Estados Federados e os Municípios façam os seus respectivos planos de Educação.

> Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. (BRASIL, 2014)

Deste modo, é lançado o Plano Municipal de Educação de Mazagão (PME) e este salienta em seu artigo segundo que: “2º são diretrizes do PME: I – redução do analfabetismo; II – Universalização do atendimento escolar; [...]” (MAZAGÃO, 2015, p.1). Essa dicotomia: universalização do ensino e erradicação do analfabetismo gera uma equação que permeia e norteia este trabalho, portanto,

algumas análises abordadas no capítulo anterior serão retomadas aqui, pois aquele faz uma abordagem do quinquênio que antecede o PME/Mz, ao passo que, este trabalha com o triênio subsequente a promulgação do mesmo.

Em seu artigo 3º o PME/Mz ressalta que: “Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.” (MAZAGÃO, 2015, p.2). Desta forma, deverão ser cumpridas de 2015 a 2025, exceto para os casos que o próprio plano em suas metas estabeleça períodos diferentes.

5.1 O QUE FOI ALCANÇADO? E QUAIS DESAFIOS AINDA PERSISTEM?

Para a verificação dos avanços e desafios do PME/Mz, é preciso salientar que este é o primeiro desde a promulgação da constituinte de 1988 e que suas Metas e Estratégias serão observadas no triênio inicial de sua implementação. No que concerne à universalização da educação básica, no ano de 2015, mesmo ano de promulgação e início da prática deste documento tem-se o seguinte panorama concernente às matrículas na rede municipal de ensino.

Tabela 12 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2015

Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA-Fundamental	Total de Matrículas
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série - anos iniciais	5ª a 8ª série - anos finais	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas	
Estadual	0	0	1.535	1.726	161	3.422
Municipal	387	802	1.348	0	57	2.594
Total	387	802	2.883	1.726	218	6.016

Fonte: INEP. (Adaptado pelo autor) * Já inclusos os alunos da Educação Especial e Inclusiva.

Primeiramente é necessário salientar que o sistema de consulta de matrícula no INEP de 1997 a 2014 unificava as matrículas, tanto da rede pública, quanto da rede privada, através do “Sistema de Consulta de Matrícula do Censo Escolar”. A partir do ano de 2015 o sistema mudou para “O Consulta Matrícula”, deste modo, as tabelas deste capítulo possuem uma diferença em relação às do capítulo 4, ou seja, não contam com as matrículas da Rede Privada de Ensino.

É possível observar que não houve mudanças significativas em relação ao abordado no quarto capítulo deste trabalho. E que a universalização do ensino básico está longe de ocorrer, principalmente na educação infantil (Creche e pré-escola) como demonstra a tabela 2, que no Censo de 2010, havia 1.694 (um mil

seiscentos e noventa e quatro) crianças na faixa etária desta modalidade de ensino fora da sala de aula. Como as matrículas permanecem regulares num período de 8 (oito) anos de 2010 a 2017, é possível afirmar que centenas de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade estão fora da escola. A obrigatoriedade de matricular as crianças a partir dos 4 (quatro) anos de idade é datada do ano de 2013:

> Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> Art. 4º
> I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
> a) pré-escola;
> b) ensino fundamental;
> c) ensino médio; (BRASIL, 2013)

Ao se realizar um paralelo com o que preceitua a Lei federal de 2013 e a meta nº 1 do PME/Mz obtém-se[14]:

> Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME. (MAZAGÃO, 2015, p.29)

A referida universalização não foi alcançada, segundo dados da SEMED/Mz de "2015 a 2019, não foi construída nenhuma creche e 01 (uma) pré-escola, quanto à ampliação de novas salas no mesmo período foram um total de 08 (oito)". É inegável que a rede municipal tenha deixado de ser expandir, mas não aumentou o suficiente para atender a demanda, principalmente na creche como apontam os dados. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) preceitua que:

> Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (BRASIL, 1996).

Desta maneira, até o ano de 2016 todas as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos deveriam estar matriculadas na rede municipal de ensino de Mazagão, mas nem todas estavam. Ao comparar o ano de 2015 com o de 2016 obtemos

[14] Algumas metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Mazagão foram renumeradas para estabelecer uma cronologia com este capítulo, no entanto, o conteúdo do referido documento permanece inalterado.

resultados semelhantes no que se referem às matrículas, ou seja, a rede municipal não se expandiu como deveria.

Tabela 13 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2016

Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA-Fundamental	Total de Matrículas
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série - anos iniciais	5ª a 8ª série - anos finais	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas	
Estadual	0	0	1.579	1.739	167	3.485
Municipal	360	815	1.312	0	64	2.551
Total	360	815	2.891	1.739	231	6.036

Fonte: INEP. (Adaptado pelo autor). * Já inclusos os alunos da Educação Especial e Inclusiva.

O maior problema para se universalizar o ensino obrigatório em Mazagão se encontra na educação Infantil (pré-escola), que o próprio PME/Mz por simetria a legislação federal, torna-o obrigatório. Em contra partida, os dados e estudos demonstram que:

> No Brasil, 56,5 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos a taxa de escolarização foi 30,4%, o equivalente a 3,1 milhões de estudantes, e entre as crianças de 4 e 5 anos, faixa correspondente à pré-escola, a taxa foi 90,2%, totalizando 4,8 milhões de estudantes. Nos grupos etários de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos a taxa de escolarização alcançou 99,2% e 87,2%, correspondendo a 26,5 milhões e a 9,3 milhões de estudantes, respectivamente. (PNAD-Educação, 2016, p.4)

Possuir uma taxa de escolarização de 90,2% é estar longe do objetivo de universalizar este nível de ensino, o PME/Mz traz consigo 18 (dezoito) estratégias para trabalhar a primeira meta, há duas que se julgam necessárias para se obter os resultados esperados “1.1) Definir, em regime de colaboração entre a união, o estado, e o município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;” (MAZAGÃO, 2015, p.30).

No que tange a segunda estratégia, tem-se que:

> 1.2) definir em regime de colaboração entre os entes federados envolvimento no planejamento e aprovação de projetos habitacionais e loteamentos, a garantia de áreas institucionais que assegurem a construção de novas escolas que atendam a faixa etária de zero a cinco anos. (MAZAGÃO, 2015, p.30)

Em relação à estratégia citada obteve-se o seguinte argumento em relação à reserva de áreas para novas unidades escolares

> Existindo a demanda, o gestor municipal solicita autorização de um lote medindo 50x50 com documentação registrada em cartório pelo proprietário, ou quando a área é remanescente de assentamento, reserva extrativista ou quilombola para o órgão competente. (SEMED/Mz, 2019)

Os estudos em âmbito nacional refletem o que ocorre no município de Mazagão, ou seja, não se trata de um caso isolado de baixas matrículas na educação infantil. A pré-escola, que é obrigatória por lei e direito da criança deve ter todos os alunos matriculados até o ano de 2016. A Creche deve atingir 50% de seu público até o ano de 2025.

> Por outro lado, os dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), evidenciam que o Brasil estava entre os países membros ou associados a essa instituição com maior percentual de crianças de 5 anos de idade que não frequentavam escola em 2012. (SIS-IBGE, 2015, p. 48).

As análises das matrículas para o ano de 2017 demonstram um pequeno aumento. Quando comparado o Ensino fundamental (Anos Iniciais e Finais) temos um número de matriculas de 4.519. Ao comparar com o número de habitantes deste município nesta faixa etária no último Censo do IBGE, do ano de 2010, se tem uma população de 4.880 pessoas, compreendias as faixas etárias de 5 (cinco) a 9 (nove) anos e de 10 (dez) a 14 (quatorze) anos, pode-se dizer que a universalização deste nível de ensino está próximo, com as seguintes ressalvas: primeiro, o Censo demográfico é do ano de 2010, ou seja, já tinha transcorrido 7(sete) anos da última contagem censitária; segundo, a faixa etária de 5 (cinco) a 9 (nove) anos compreende um ano que é da educação infantil[15], ou seja, é preciso que ocorra o próximo Censo no ano de 2.020 para se obter um valor aproximado desta universalização e terceiro, a rede pública de educação conta com matrículas feitas pelo Município de Mazagão e o Estado do Amapá, já há abertura para a municipalização do ensino obrigatório, no entanto, sua efetivação ainda não iniciou.

[15] É apenas no Censo Demográfico que se pode encontrar a contagem da população por faixa etária, o Censo ocorre de dez em dez anos, no intervalo entre os Censos, só é possível obter uma estimativa aproximada de toda a população.

Tabela 14 - Número de Matrículas na Rede Municipal no Ano Letivo de 2017

Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA-Fundamental	Total de Matrículas
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série - anos iniciais	5ª a 8ª série - anos finais	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas	
Estadual	0	0	1.507	1.556	197	3.260
Municipal	447	846	1.456	0	56	2.805
Total	447	846	2.963	1.556	253	6.065

Fonte: INEP. (Adaptado pelo autor) * Já inclusos os alunos da Educação Especial e Inclusiva.

Ao realizar a análise da meta 2 do PME/Mz observa-se que:

> Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME. (MAZAGÃO, 2015, p.36-37).

Como já analisado, a universalização no ensino fundamental fica próximo da meta, “Já na faixa de idade de 6 a 14 anos a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, com 99,2% das pessoas na escola. (PNAD-Educação, 2017, p.5)”, A SEMED/Mz informou que de “2015 a 2019 construiu 08 (oito) novas escolas de ensino fundamental, o que correspondeu a 12 (doze) novas salas de aula”. Assim, a expansão foi maior onde existe o menor problema.

Na contra mão, garantir que 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam esse nível de ensino na idade certa é um desafio como aponta o próprio documento do PME/Mz ao fazer um levantamento do ano letivo de 2013 “as taxas de aprovação no município foram superiores em relação à taxa de reprovação, no total geral foram 1.528 aprovações contra 185. Nos anos iniciais do Estado o maior número de reprovação esta no 5º ano e no município no 3º ano.” (MAZAGÃO, 2015, p.36-37). Dessa maneira, levando-se em consideração só as reprovações do município para o ano em questão, cria-se uma distorção idade-série de 12% (doze por cento) sem contar com as reprovações da Rede estatual de Ensino, assim, entrar no primeiro ano do ensino fundamental com 6 (seis) anos de idade e concluir com 14 (quatorze) ou 15 (quinze) anos ainda é um desafio.

A SEMED/Mz informou que em “2018 o índice de aprovação ao final do 3º ano do ensino fundamental foi de 69,1%, no quinto ano de 76,9%” dados da mesma secretaria informam que para este mesmo ano “os índices de reprovação provocaram uma distorção idade série de 4,2%”. Desta maneira, garantir que 95%

(noventa e cinco por cento) dos alunos concluam na idade recomenda o ensino fundamental é um desafio persistente.

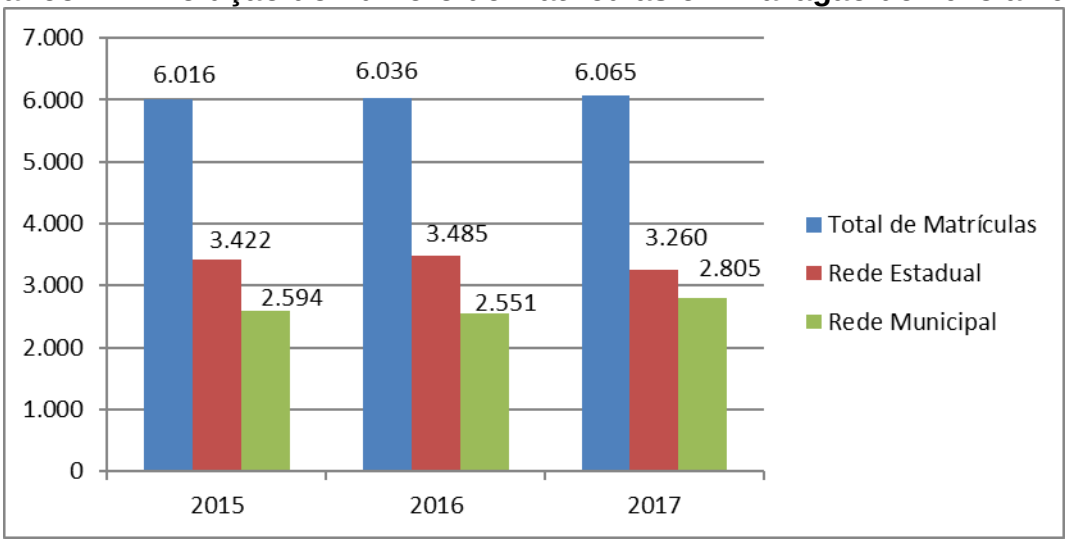
No que se refere às estratégias da meta 2, o PME/Mz possui 13 (treze) e destas, destaca-se a seguinte: “2.1) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde, e proteção à infância, adolescência e juventude.” (MAZAGÃO, 2015, p.37). A tabela 2, demonstra que pelo Censo de 2010, havia 178 (cento e setenta e oito) crianças de 06 a 14 anos fora da escola.

> Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL, 1996)

Deste modo, é necessário que se crie uma rede entre os órgãos de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes para que todas sejam matriculadas em unidades escolares.

O gráfico demonstra a evolução no número de matrículas em Mazagão entre 2015 e 2017.

Gráfico 4 – Evolução do número de Matrículas em Mazagão de 2015 a 2017



Fonte: Elaboração própria do autor a partir dos dados disponíveis em: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2019. (Adaptado pelo autor)

As matrículas permaneceram estáveis tanto no total geral, quanto nas redes Municipal e estadual de ensino. O único aumento significativo ocorreu na rede Municipal de educação no ano de 2017 quando comprado com os anos de 2015 e 2016, houve um aumento de aproximadamente 10% no número de matrículas.

No que concerne à erradicação do analfabetismo, que se configura em uma meta histórica do Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), almeja atingir até o ano de 2021 uma nota 6 (seis) para todas as escolas brasileiras, nota esta que se iguala aos países desenvolvidos.

Lançado de dois em dois anos, sempre em anos impares, o IDEB em âmbito nacional para o período de 2015 e 2017 foi o estipulado na tabela 15, é possível notar que as metas propostas foram alcançadas de modo global e se aproxima da nota 6 (seis).

Tabela 15 – IDEB do Brasil – metas para os Municípios de 2015 a 2017 (4ª Série/ 5º ano do Ensino Fundamental)

IDEB Observado			Metas Projetadas	
2015	2017		2015	2017
5.3	5.6		4.8	5.1

Fonte: IDEB * os resultados em verde se referem ao alcance das metas projetadas

O IDEB demonstra se os alunos matriculados na rede de ensino estão aprendendo como o planejado. Mas as pesquisas apontam que, o analfabetismo brasileiro está presente na idade superior à escolaridade obrigatória, ou seja, à medida que a idade aumenta, o índice de analfabetos segue o mesmo panorama de crescimento.

> No Brasil, em 2017, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,0% (11,5 milhões de analfabetos). Se comparada a taxa de 2016 (7,2%), o número de pessoas de 15 anos ou mais que eram analfabetos apresentou uma redução de aproximadamente 300 mil pessoas. (PNAD-Educação, 2017, p.2)

Propor metas de crescimento do IDEB é, em longo prazo, fazer com que os alunos matriculados, saiam da escola alfabetizados e não se somem ao número de analfabetos que ainda é muito grande para uma nação que traz em sua carta Magna a erradicação do analfabetismo. Quando comparadas as metas projetadas e o IDEB observado para o Estado do Amapá e Município de Mazagão, concomitantemente, observa-se que a meta foi alcançada para ambos os períodos no limite estabelecido, ou seja, apenas se equiparou ao que foi proposto.

Tabela 16 – IDEB de Mazagão de 2015 a 2017 (Rede de Ensino: Federal, Estadual e Municipal – 4ª Série/ 5º ano do Ensino Fundamental)

IDEB Observado			Metas Projetadas	
2015	2017		2015	2017
3.9	4.2		3.9	4.2

Fonte: IDEB – Resultados e metas. * os resultados em verde se referem ao alcance das metas projetadas

Ao ser analisado o IDEB do Município de Mazagão separado do Estado do Amapá, obtém-se o panorama da tabela 17, é possível observar que as metas projetadas não foram alcançadas, com isso este município teve uma avaliação abaixo do esperado por sua clientela. Fatores como alto índice de retenção ao final do quinto ano do ensino fundamental desde o ano de 2013 como aponta o próprio documento do PME/Mz e a persistência deste fator no ano de 2018, conforme dados da SEMED/Mz corroboram o índice não alcançado.

Tabela 17 – IDEB Município de Mazagão de 2015 a 2017 (Rede de Ensino: Municipal – 4ª Série/ 5º ano do Ensino Fundamental)

IDEB Observado			Metas Projetadas	
2015	2017		2015	2017
3.6	3.8		4.1	4.4

Fonte: IDEB – Resultados e metas.

A Meta projetada para o município de Mazagão, consta no PME/Mz na meta 3. Como é possível observar:

> Meta 3: fomentar a qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB

IDEB	2015	2017
Anos iniciais do Ensino fundamental	3.9	4.2

(MAZAGÃO, 2015, p.74).

É possível apontar inconsistência com as metas propostas pelo PME/Mz e pelas lançadas pelo INEP. O resultado oficial do IDEB do Município de Mazagão, mesmo analisado pela meta do Plano municipal de educação, que é menor, o ente federado não alcançaria o resultado esperado. Está meta ao não ser cumprida, no prazo estipulado, faz com que o IDEB precise melhorar de forma considerável nos anos subsequentes para cobrir as diferenças de defasagem.

A meta 4 do plano municipal de educação traz o seguinte: “alfabetizar no mínimo 80% (oitenta por cento) das crianças até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. (MAZAGÃO, 2015, p.39).

Ao analisar a meta 4 do PME/Mz é possível afirmar que ela não está sendo alcançada como apontam os dados das tabelas 11 e 17, pois ao término do ensino fundamental II, 5º ano, é aplicada a prova Brasil e juntamente com o índice de aprovação é calculado o IDEB, deste modo, esse indicador, demonstra que ao final de um ciclo, passando pelo terceiro ano, os alunos, não conseguem, escrever,

ler, interpretar e calcular de forma satisfatória. O IDEB, de certo modo, reflete a educação da rede municipal de Mazagão. Tal fato pode ser corroborado pelo índice de 69,1% (sessenta e nove vírgula um por cento) de retenção, no ano de 2018, ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental conforme informou a SEMED/Mz.

Esta meta possui cinco estratégias e dentre elas a que mais se ressalta é "4.1: minimizar de forma gradual o sistema de multiciclo nas escolas do campo [...]"(MAZAGÃO, 2015, p.40). O sistema de multiciclo ou classe multisseriada, consiste em, uma mesma sala, um único professor, trabalhar simultaneamente com crianças de séries/anos diferentes. O docente precisa trabalhar com alunos de idades e níveis de ensino distintos. Cumprir a estratégia de diminuir essa modalidade de ensino é melhorar a qualidade da educação ofertada à clientela estudantil.

A meta 5 "elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 95,0% (noventa e cinco por cento) até o final de vigência deste PME; reduzir o analfabetismo em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional". (MAZAGÃO, 2015, p.66). É um desafio muito grande ao PME/Mz uma vez que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o Ensino Fundamental foi desativada na rede municipal de educação de Mazagão (sede) no ano de 2012, apenas a rede estadual continuou oferecendo esta modalidade para os anos finais. Somente em 2019 a rede municipal de ensino voltou oferecer a EJA para uma turma de apenas 11 (onze) alunos, com isso as seis estratégias da quais se destacam duas, são fadadas a fracassar no primeiro triênio de implementação deste plano municipal de educação:

> 5.1) Garantir a oferta gratuita de educação de jovens e adultos (EJA) a todos os que não tiveram acesso à educação de básica na idade apropriada implementando ações de alfabetização com garantia de continuidade dos estudos, realizando chamadas públicas regulares, utilizando exames específicos, que permitam aferir o grau de alfabetização e escolarização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.
> 5.2) criar unidades educacionais exclusivo para atender alunos com idade igual ou superior a 15 anos e que atendam o ensino fundamental e médio promovendo a inclusão dos mesmos como membros de uma sociedade igualitária e critica. (MAZAGÃO, 2015, p.66-67)

Como já exposto, a meta 5 do PME/Mz e suas estratégias ficam inviabilizados com a desativação da EJA no município de Mazagão por parte da rede municipal de ensino esse resultado pode mudar em anos posteriores com a reativação da EJA. Segundo o IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) o analfabetismo brasileiro é marcado pelo seguinte: “No Brasil, em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,2% (11,8 milhões de analfabetos) e apresentou relação direta com a idade, aumentando à medida que a idade avançava (PNAD, 2016, p.2)” e “A relação direta do analfabetismo com a idade mostra o caráter estrutural desse indicador, ou seja, a taxa de analfabetismo, mesmo em queda, persiste mais alta para as idades mais avançadas.” (PNAD, 2017, p. 2). Desse modo, não oferecer a EJA em Mazagão num período de oito anos é umas das maneiras de perpetuar o analfabetismo histórico que se enraizou neste país.

Dessa forma, alguns preceitos constitucionais deixam de ser cumpridos em Mazagão como:

> Art. 6º São direitos sociais a educação [...]
> Art. 30. Compete aos Municípios:
> VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...] (BRASIL, 1988)

Deixar de seguir as normas constitucionais e legais torna-se um óbice à histórica universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo que perpassam décadas no cenário educacional brasileiro. Também é negar a educação como direito social e constitucional as crianças, jovens e adolescentes que tem a sua escolaridade posta em xeque.

5.2 O QUE DIZEM OS ATORES?

O plano municipal de educação de Mazagão é um dos instrumentos que compõe a rede municipal de ensino. Este documento toma força de lei ao ser aprovado pela câmara de vereadores, sua execução conjuga uma série de premissas consolidadas em metas e estratégias para que a educação deste município melhore em vários aspectos.

Uma das características de tal plano é o fato de envolver de maneira isonômica sujeitos que ocupam diferentes papéis e funções no meio educacional. De maneira sintetizada, pretende-se demonstrar a visão de cada um, nos aspectos que abordam a universalização da educação e a erradicação do analfabetismo. Para tanto, dividiu-se os atores em dois grupos, a saber, gestores: secretários de

educação, diretores escolares, professores e coordenadores pedagógicos e usuários do sistema de ensino: alunos e famílias.

5.2.1 Os Gestores do Sistema Municipal de Ensino

O grupo gestor sintetiza a ideia de governo preconizada no terceiro capítulo da presente dissertação, ou seja, compete a eles executar a política pública educacional no município de Mazagão. Iniciando pelo Secretario Municipal de Educação, o qual possui a maior hierarquia administrativa nesta área educacional.

Nesse momento, serão levadas em consideração as respostas do atual secretário de educação do município o qual será denominado de Secretario A e do qual o antecedeu que receberá a nomenclatura de Secretário B. Nas convergências de ideias serão trabalhadas as duas simultaneamente e na divergência serão trabalhadas em separado. As respostas são oriundas do questionário constante no apêndice A.

O secretario A está no cargo a 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses, iniciou a sua gestão no primeiro mês do ano de 2017, o Secretário B ficou no cargo por 1 (um) ano, de dezembro de 2015 a dezembro de 2016. Desse modo, esses agentes estiveram no referido cargo durante os anos de (2015 a 2017), período de estudo da presente pesquisa. Em relação às questões do plano municipal de educação do município de Mazagão de maneira geral foram feitos alguns questionamentos. O primeiro foi saber se eles consideram o PME/Mz como uma Política Pública necessária para diminuir/corrigir problemas educacionais que persistem há anos. Em resposta obteve-se: “Sim, é necessário, pois foi construído buscando o apoio da sociedade civil e educacional, foram propostas metas a serem alcançadas até um prazo que possamos ter um resultado esperado nesse período”. (Secretário A). “Sim, considero, na minha concepção ele é como se fosse uma agenda de anotações prioritárias, ele é a voz dos envolvidos em busca de uma educação de qualidade.” (Secretário B).

Nestas é possível analisar o caráter de política pública social do PME/Mz, por se construído de maneira democrática, envolvendo os mais diversos atores, assim, há representações na participação, deliberação e efetividade destas instituições como aponta Avritzer (2011). Desde a sua construção esse documento é pensado pela da sociedade civil organizada com o intuito de trazer melhorias para a

educação como um todo, desde a inclusão de alunos até a construção de novos espaços escolares, assim:

> Tendo em vista essa complexidade que envolve um plano, a Emenda Constitucional nº 59 de 2009 mudou substancialmente o papel e a condição dos planos de educação, ao estabelecer que o PNE e, consequentemente os planos estaduais, distrital e municipais seriam decenais e articuladores dos sistemas de educação. Nessa lógica, do ponto de vista constitucional, os planos de educação ultrapassam os PPA de governo, exigindo articulação institucional e participação social para a sua elaboração, adequação, acompanhamento e avaliação. (OLIVEIRA, 2017, p.54)

Ao ser questionado sobre quais as três principais dificuldades encontradas à época de sua gestão para colocar em prática o PME/Mz, eles salientaram que:

> 1 Na meta 1 e 2 a principal dificuldade na universalização da Educação Infantil é orçamentaria, pois a construção, a reforma e ampliação de escolas está diretamente ligado ao PAR, (Plano de Ações articuladas) e que se não for alimentado o sistema conforme as exigências do MEC, e se por algum motivo o sistema ficar inadimplente deixamos de estrar habilitados à receber recursos.
> 2 Na meta 5, alfabetizar até o 3º ano, demostrou ser dificultoso devido a descontinuidade de políticas públicas voltadas a alfabetização, bem como as mudanças de gestões que mudam as políticas e os rumos previamente estabelecido como política de Estado e não de Governo.
> 3 Na meta 6, relacionado à educação integral esbarra na questão da infraestrutura das escolas, que foram construídas para atender em tempo parcial os alunos, tornando-se um desafio para os gestores e coordenadores organizar os espaços. (Secretário A)
>
> 1- O descrédito das pessoas com relação às metas do plano, ou seja, muitos acreditavam que era mais um documento burocrático, somente pra cumprir uma agenda nacional/estadual/municipal, mas que não tinha importância;
> 2- As condições estruturais, econômicas em que as escolas municipais estavam em 2016;
> 3- Os profissionais da educação viviam um período de muitas reivindicações salariais, de condições de trabalho, então 2016 foi um ano de muitos atos públicos, paralisações, greves, e isso fez com que perdêssemos um pouco do foco do PME. (Secretário B)

A descontinuidade das políticas públicas como aponta Saviani (2008) não deve acontecer nos planos de educação, pois eles são decenais e com isso, podem passar por dois mandados eletivos consecutivos de um mesmo agente político municipal, deste modo, quem começa não termina a referida política pública, mas a interferências de se ter Governos diferentes neste período, certamente atrapalha a implementação do PME. O ponto convergente e persistente nos dois discursos são as condições de infraestrutura das escolas; por conseguinte, do sistema de ensino e

questões de cunho financeiro, pois o investimento em educação está diretamente ligado à qualidade dos ambientes escolares, formação inicial e continuada, valorização profissional, entre outros fatores que convergem para a melhoria do processo educacional.

Quando perguntados os três principais avanços do plano municipal de educação durante as suas gestões.

> 1- Construção de Escolas, a reforma e ampliação destas.
> 2- O resgate na carreira dos profissionais da educação onde passaram a receber suas promoções e progressões atrasadas, reenquadramento de servidores em seus padrões de vencimentos devidos, além de valorizar os funcionários com formações corriqueiras e capacitações regulares.
> 3- A organização da política educacional local como política de Estado e não de Governo, capacitando, formando e enquadrado funcionários de carreira nas funções estratégicas para que haja continuidade nos objetivos traçados de melhoria na qualidade do ensino, e desta forma colocar em prática as estratégias elencadas no PME para alcançar as metas estabelecidas. (Secretário A)

> 1- O fortalecimento de equipe técnica no CPVPEB, meta 18 do PME;
> 2- A oferta da educação na modalidade EJA, para os alunos não alfabetizados e/ou na primeira e segunda etapa do ensino fundamental;
> 3- Capacitação dos profissionais da educação. (Secretário B)

Reafirmando que os Planos de Educação são Políticas Públicas de Estado e não de Governo, pois visam superar o problema histórico da descontinuidade. Para essas repostas às similaridades para as duas gestões sintetizam-se em: expansão da rede de ensino, valorização dos profissionais da educação e oferecimento de educação para o público da EJA, vale ressaltar que a expansão ocorreu, mas não o suficiente para universalizar o ensino a todos e a oferta para a educação de jovens e adultos mencionadas se refere às comunidades, vilas e distritos do município, visto que na sede ficou desativada de 2012 a 2019.

Ao ser dito que o sistema municipal de ensino de Mazagão até o ano de 2017 atendia aproximadamente apenas 40% de sua demanda (alunos em idade escolar própria) segundo dados do Censo Escolar/INEP. Os outros 60% foram atendidos pela rede Estadual de Ensino. E perguntado, se a não municipalização do ensino obrigatório, ajuda ou atrapalha a implementação do PME/Mz, foi respondido que:

> No ponto de vista lógico, atrapalha sim, porém o estado não fez o devido procedimento de aparato técnico e físico dos sistemas para repassar para os municípios, como as melhorias na rede física, profissionais efetivos para

> ficar por determinado tempo na rede municipal e outros fatores que teriam que acontecer para que se efetive a municipalização. (Secretário A)
>
> A não municipalização do ensino obrigatório atrapalha a implementação do PME, pois nos papeis definidos dos entefederados, cada um deveria assumir suas finalidades, infelizmente no Amapá há uma espécie de 'vaidade' do ponto de vista na execução de tarefas, ou seja, se o Estado oferece a educação dos anos iniciais em certa comunidade, o município também oferece, então, no resumo de tudo, os dois entes oferecem a mesma modalidade em uma mesma comunidade enquanto outra comunidade fica sem a oferta. (Secretário B)

Vale ressaltar que no ano de 2018 os 16 (dezesseis) prefeitos dos municípios amapaenses aderiram ao Programa Colabora Amapá, plataforma que consolidou o Regime de Colaboração entre o Estado e as prefeituras para fortalecer políticas públicas que garantam mais qualidade nos serviços prestados à população. Um dos objetivos deste programa é ser um termo de colaboração entre o Estado do Amapá e seus municípios, onde aquele deve equipar os atuais estabelecimentos de ensino para, por conseguinte, passar a estes. Desse modo, Mazagão assumiria a Educação Infantil que já é de sua responsabilidade e passaria e executar também o ensino fundamental.

No que refere a universalização do ensino da creche ao 5º ano do ensino fundamental foram feitas perguntas direcionadas e a primeira foi saber quais os três maiores obstáculo à época de suas gestões para oferecer educação a todos os alunos em idade escolar própria.

> Começando pela educação infantil mais precisamente (ensino maternal), falta de ambiente apropriado para atender toda a demanda no ensino de primeiro e segundo período, podemos dizer que quase sua totalidade de criança na faixa etária de 4 a 5 anos e onze meses estão dentro do sistema municipal. (Secretário A)
>
> 1- Dificuldade orçamentária em contratação de mão de obra;
> 2- As questões geográficas, pois o município tem mais de 100 comunidades, junte-se a isto, muito difícil acesso;
> 3- Contratação de transportador e transporte para as comunidades mais longínquas. (Secretário B)

Essas respostas podem ser consideradas como validas a partir dos números de matriculas do Censo escolar de 2017 e da PNAD-Educação (2016 e 2017), mas se for levado em consideração que o Censo Demográfico utilizado para os cálculos é do ano de 2010, ou seja, tem uma defasagem de (nove) anos. Os dados obtidos precisam ser tratados com cautela. O orçamento, novamente se coloca como uma das dificuldades enfrentadas. Outro fator desfavorável é a

geografia, hidrografia e relevo de Mazagão, fazendo com que existam escolas de difícil acesso, dificultando as ações das políticas públicas.

Ao ser perguntado os motivos que levam ao número baixo de matrículas na Educação Infantil (creche e pré-escola) durante as suas gestões. As respostas obtidas foram as seguintes:

> Durante a atual gestão, tivemos um avanço muito grande com a relação ao número de alunos matriculados na educação infantil, pois atualmente todas as escolas da rede possuem um certo quantitativo de alunos. Sempre buscamos priorizar e cumprir o que estabelece a LDB. (Secretário A)
>
> Durante minha gestão eu fiz questão que só matriculasse o aluno se ele realmente fosse atendido, não aceitei que o aluno estivesse no censo e não tivesse em sala de aula. (Secretário B)

O Secretário B relata que em sua gestão o aluno só seria matriculado se existisse escola para ele estudar, não foi permitido apenas a matrícula, é sabido que os repasses constitucionais e legais também levam em consideração os alunos declarados no Censo Escolar. Concernente à erradicação do analfabetismo no município realizou-se perguntas específicas sobre a temática como: Quais as principais ações tomadas durante as gestões que visaram à diminuição do analfabetismo? Para essa pergunta em particular obteve-se as respostas:

> Apesar das dificuldades inerentes do processo, é preciso dedicação e participação dos alunos matriculados. Sendo que atualmente as escolas do campo, oferecem vagas para jovens e adultos terem a oportunidade de aprenderem a ler e escrever mais rápido. (Secretário A)
>
> Formação continuada do docente, melhoria nos espaços físicos das escolas, fortalecimento da equipe técnica no sentido de acompanhamento do docente em sua prática pedagógica. (Secretário B)

Segundo o secretário A o município desativou em sua sede a EJA no ano de 2012, sendo retomada em 2019, timidamente com 1 (uma) turma e 11 (onze) alunos. Desse modo, durante 8 (oito) anos deixou-se de oferecer à educação as pessoas, que por algum motivo, não tiveram acesso a esse direito social na idade recomendada. O Secretário B relatou que em sua gestão houve a melhoria nos espaços das escolas e acompanhamento da prática docente visando à redução do quadro de analfabetismo no município. No que tange ao IDEB, questionou-se: quais os cinco principais fatores para que o IDEB do Município de Mazagão esteja abaixo das Metas Nacional e Estadual de 2007 a 2017, lembrando que o plano municipal de educação é do ano de 2015 e que o município em 2013, atingiu a meta.

> No período compreendido entre 2007 e 2017, houveram oscilações na medição do de aprendizagem no município, fato atribuído a um conjunto de fatores, a elevação inicial se deu com a implantação do ensino de nove anos, onde estabelecia os três primeiros anos sem retenção ou reprovação, e outra elevação se deu nos anos seguintes a formação continuada do quadro de professores.
> 1- Índice de retenção / reprovação;
> 2- Formação continuada dos docentes atuantes em sala de aula;
> 3- O não cumprimento do calendário escolar com pelo menos o mínimo dos 200 dias letivos;
> 4- Questões culturais e socioeconômicas;
> 5- O não cumprimento de metas, a efetivação de esforços conjuntos para alcançar os objetivos com as estratégias estabelecidas no PME. Lembrando que o IDEB é um indicador insuficiente para avaliar a qualidade da educação. Tendo em vista que a equação adotada é questionável, pois a média na avaliação não é preponderante na nota final, também deixa de considerar os avanços na valorização escolar, bem como os saberes locai e relevantes na comunidade, além da generalidade do índice em um município com tantas adversidades. (Secretário A)
>
> 1- Muitas escolas com infraestruturas caóticas;
> 2- As dificuldades geográficas no sentido de acesso;
> 3- Devido às atividades de agricultura familiar, muitas famílias se evadem das escolas na época da colheita;
> 4- O multisseriado, pois são muitos alunos desde a creche até o quinto ano, na mesma sala de aula, com o mesmo professor, sem cuidador, sem equipe de apoio;
> 5- A falta de material adequado, a ausência de compromisso docente, pois no município de Mazagão, mais de 85% das escolas estão no campo e em muitas delas, os professores não cumprem o calendário escolar, deixando a desejar com o desempenho dos alunos. (Secretário B)

Os fatores elencados podem ser corroborados com os dados das tabelas 11 e 17 do presente trabalho, pois este ente federado não cumpre as metas estipuladas pera o IDEB, com exceção do ano de 2013. A ressalva que este índice é questionável pode ser levada em consideração, no entanto, não há outro instrumento capaz de aferir a qualidade da educação oferecida nos estabelecimentos educacionais brasileiros. O IDEB criado em 2007 pelo INEP, é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar realizado todos os anos e das médias de desempenho nas avaliações do INEP, a Prova Brasil para as escolas e os municípios. Desse modo, o índice de reprovação/retenção de 12% (doze por cento) em 2013, conforme dados do PME/Mz e de 27 (vinte e sete) por cento ao final do terceiro e quinto ano[16] em 2018 segundo a SEMED/Mz, ocasiona uma baixa na aprendizagem e, por conseguinte, no IDEB do município.

[16] Foi realizada uma média aritmética do percentual de retenções ao fim do terceiro e quinto anos em 2018.

Também foram aplicados questionários a 8 (oito) diretores das 9 (nove) escolas que fizeram parte da pesquisa como demonstrado no capítulo quatro deste trabalho. Após a tabulação das perguntas fechadas e análise de conteúdo das perguntas abertas foi possível chegar a seguinte Síntese Interpretativa, conforme Minayo (2009).

Tabela 18 - Sinopse: Gestores Do Sistema Municipal De Ensino, Diretores (Questionário – Apêncice B)

SINOPSE: GESTORES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, DIRETORES (QUESTIONÁRIO – APÊNCICE B)
Você conhece o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Mazagão para o decênio 2015-2025? Já leu o documento? 1- Sim, já leu na íntegra ou parcialmente; 2- Não leu e nem teve acesso ao documento.
Você considera o Plano Municipal de Educação de Mazagão como uma Política Pública necessária para diminuir/corrigir problemas educacionais que persistem há anos? Por quê? 1- Não opina por não ter lido o documento; 2- Sim, por ser capaz de resolver alguns problemas.
Há vagas para todos os alunos em idade escolar própria que procuram a unidade escolar em que você trabalha? SIM (88%) NÃO (12%)
Conhecendo a sua realidade, aponte fatores que podem tirar os alunos da escola? 1- Trabalho infantil para ajudar no sustento da família; 2- Desinteresse da família.
Cite três fatores que geram o elevado índice de analfabetismo em Mazagão. 1- Trabalho infantil para ajudar no sustento da família; 2- Desestrutura familiar; 3- Falta de políticas públicas.
Cite três ações tomadas em sua gestão que visam à melhoria da aprendizagem e diminuição do analfabetismo? 1- Revisão da prática docente; 2- Parceria com o Conselho Tutelar; 3- Aproximação com as famílias.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das respostas aos questionários

O primeiro destaque deve-se ao fato dos diretores escolares como um dos gestores do sistema de ensino, em sua maioria, não conhecerem ou não terem tido acesso ao PME/Mz decorridos quatro anos da promulgação deste documento

pela câmara de vereadores. Em resposta aos questionários, disseram que é preciso dar mais publicidade ao documento.

Quando perguntado se há vagas suficientes em sua escola para todos os alunos que a ela procuram 88% disseram que a quantidade de vagas atende a demanda, no entanto, a rede privada de ensino salienta que encontra dificuldades de atender a todos. “Não há, pois não temos estrutura suficiente para atender todos que procuram essa instituição de ensino” (Questionário B3).

Segundo os gestores escolares os principais motivos que podem tirar um aluno da escola são: o Trabalho infantil para ajudar no sustento da família e o Desinteresse da família em acompanhar esses alunos na escola. Veremos mais adiante nas respostas dos demais agentes envolvidos com o PME que esses temas são recorrentes.

> A Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Artigo 2º da Convenção 138, que trata da idade mínima para admissão ao trabalho, determina que a inserção no trabalho não deve ser inferior à conclusão da escolarização obrigatória, concepção essa reforçada por pesquisas específicas (International Labour Organization [ILO], 1981) que demonstram que a educação se constitui importante ferramenta para prevenir, enfrentar e erradicar o trabalho infantil. (ALBERTO e YAMAMOTO, 2017, p. 1678).

Deste modo, nenhuma criança ou adolescente deveria abandonar a escola sem ter completado a sua escolarização mínima, que no Brasil atual vai dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. No que tange ao abandono e o papel da família a autora relata que: “o abandono se alicerça na má condição familiar, na necessidade de trabalhar para auxiliar os pais no sustento da família e na diferença de classes que alteram as relações sociais.” (AURIGLIETTI, 2014, p.3). Por sua vez, os fatores que geram um elevado índice de analfabetismo, são: Trabalho infantil para ajudar no sustento da família; Desestrutura familiar e Falta de políticas públicas. Não oferecer a EJA na sede do município por 8 (oito) anos, torna a política pública educacional existente, através do PME/Mz, mas inoperante. As ações tomadas pelos diretores para melhorar a aprendizagem e diminuir o analfabetismo foram: Revisão da prática docente; parceria com o Conselho Tutelar e aproximação com as famílias. Referente ao grupo gestor, professores, foi aplicado questionário a 24 professores e Coordenadores pedagógicos. Essa amostra abrangeu a Educação Infantil, creche: 2º maternal; Pré-escola: 1º e 2º períodos; Ensino Fundamental I: 1º, 3º, 4º e 5º anos.

Tabela 19 – Sinopse: Gestores Do Sistema Municipal De Ensino, Professores E Coordenadores (Questionário – Apêncice C)

SINOPSE: GESTORES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, PROFESSORES E COORDENADORES (QUESTIONÁRIO – APÊNCICE C)
Você conhece o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Mazagão para o decênio 2015-2025? Você já teve acesso a esse documento? SIM (19%) NÃO (81%)
Você considera o Plano Municipal de Educação de Mazagão como uma Política Pública necessária para diminuir/corrigir problemas educacionais que persistem há anos? Por quê? 1- Considera parcialmente ou prefere não opinar por não conhecer o documento; 2- Considera, por planejar, executar e avaliar a política pública educacional;
Você tem conhecimento no município de Mazagão (sede e distritos) de crianças, em idade escolar obrigatória, que estão fora da rede Escolar de Ensino? SIM (55%) NÃO (45%)
Você pode apontar fatores que fazem com que crianças ou adolescentes não frequentem a escola? 3- Falta de comprometimento da Família; 4- Situação financeira das famílias muito baixa; 5- Trabalho, inclusive o infantil, para ajudar no sustento da família.
Você pode apontar fatores que tiram crianças ou adolescentes da escola mesmo depois de terem sido regularmente matriculados e iniciarem o ano letivo? 1- Falta de Comprometimento dos pais; 2- Mudança de domicílio; 3- Trabalho periódico, inclusive o infantil, para ajudar no sustento de casa.
Cite três ações que você emprega para diminuir o analfabetismo. 1- Diálogo com as famílias; 2- Revisão dos métodos de ensino; 3- Realiza formação permanente.
Cite três fatores que são responsáveis para que o analfabetismo seja presente no Município de Mazagão. 1- Trabalho de crianças e adolescentes para ajudar no sustento de casa; 2- Falta de interesse da família; 3- Falta de investimento do poder público.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das respostas aos questionários

Desse modo, os únicos docentes não abrangidos por esta pesquisa foram os do 2º ano do Ensino Fundamental I e do Ensino Fundamental I da EJA. Assim, os gestores escolares e os professores em sua maioria, 81% (oitenta e um por cento),

não conhecem ou não tiveram acesso ao PME/Mz. Logo, o conteúdo deste documento é desconhecido por esses agentes que deveriam executá-lo.

Quando perguntado se o PME/Mz é uma política pública necessária para corrigir problemas educacionais à maioria dos respondentes preferiu não opinar ou considerou parcialmente o documento. Desta maneira, houve argumentos no sentido de: “Já ouvi falar, mas ainda não li o documento”. (Questionário C12); “Não tive acesso”. (Questionário C19); “Ainda não tive oportunidade de acesso ao documento. Infelizmente só ouvi falar do (PME)”. (Questionário C23). Outra parcela dos docentes respondeu que considera por planejar, executar e avaliar a política pública educacional.

Ao ser perguntado aos professores se eles têm conhecimento no município de Mazagão (sede e distritos) de crianças, em idade escolar obrigatória, que estão fora da escola, houve praticamente um empate nas respostas, desse modo, pode-se inferir que os docentes conhecem crianças e adolescentes que deveriam está estudando, mas que não estão.

Foram apontados como fatores que impedem que crianças ou adolescentes não frequentem a escola, a falta de comprometimento da família; situação financeira desta e o trabalho, inclusive o infantil, para ajudar no sustento familiar. Essa pergunta foi similar à feita aos diretores escolares e as resposta se mantiveram iguais para os dois grupos de agentes. Segundo a PNAD-Trabalho Infantil (2016, p.1) as “pessoas ocupadas com rendimentos de 5 a 13 anos era de 26% e de 14 a 17 anos de 78%”. Assim, a ocupação aumenta de acordo a idade do indivíduo.

Ao ser perguntado os fatores que podem tirar crianças ou adolescentes da escola mesmo depois de terem sido regularmente matriculados e iniciarem o ano letivo, obteve-se as respostas: falta de comprometimento dos pais; mudança de domicílio; e o trabalho periódico, inclusive o infantil, para ajudar no sustento de casa. É necessário salientar que a diferença entre esta pergunta e a anterior é o fato de, neste caso, os alunos já terem iniciado o ano letivo. No caso do município de Mazagão, que possui aproximadamente 100 (cem) comunidades, distribuídas em sede, distritos, vilas e áreas de assentamento, a mudança para outra localidade dentro do município pode ocasionar abandono dos estudos, pois na maioria dos locais só existe uma escola da rede municipal, com apenas uma modalidade de

ensino, logo a “mudança para área rural descobertas de escola”. (Questionário C14) é recorrente.

Vale ressaltar que uma escola, com apenas uma, duas ou três salas de aula pode ter alunos matriculados de diversas comunidades, que em suma maioria são pequenas e, às vezes, próximas. O relevo e hidrografia de Mazagão faz com que o município tenha 06 (seis) escolas na zona urbana e 57 (cinquenta e sete) na zona rural, estas que em sua grande maioria são de difícil acesso, tanto por via terrestre, quanto por via fluvial, totalizam 36 (trinta e seis) e 94 (noventa e quatro) salas de aula respectivamente, esses dados constam no PME/Mz (2015, p. 30-32) e SEMED/Mz (2019).

Os fatores trabalho infantil e comprometimento dos pais, mostram-se recorrentes. Sobre o afazer pueril o autor afirma que “[...] a exploração das crianças, resultaram na intervenção do Estado para a regulamentação de leis para proibir a exploração do trabalho infantil e criar instituições e políticas de proteção à infância.” (MARIN et al, 2012, p.766). No cenário brasileiro foi criado para salvaguardar os direitos das crianças e adolescentes o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prevê o seguinte: “Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (BRASIL, 1990)”.

Concernente ao dever da família Auriglietti (2014, p.4) ressalta que:

> É preciso que governo, professores, família e população em geral se unam e assumam cada um suas responsabilidades em relação a esse problema tão sério e tão presente, buscando tanto a universalização do ensino, como qualidade na educação oferecida para que a conclusão da Educação Básica, obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade conforme a Lei nº 12796 de 2013 (LDB 9394/96) seja realmente cumprida.

Assim, cada membro da sociedade precisa efetivar a sua responsabilidade com a educação. No que se refere às ações empregadas para diminuir o analfabetismo podem ser sintetizadas da seguinte forma: Diálogo com as famílias; Revisão dos métodos de ensino; Realiza formação permanente. A revisão dos métodos empregados deve ser periódica e acompanhada por indicadores que façam com que o professor tenha ciência do resultado de seu trabalho.

Para os agentes deste grupo os fatores responsáveis para que o analfabetismo seja presente no Município de Mazagão, são: o trabalho de crianças e adolescentes para ajudar no sustento de casa; falta de interesse da família; falta de investimento do poder público. Os dois primeiros fatores se mostram fortes e

recorrentes. Sobre o investimento em educação os autores afirmam que “[...] uma maior disponibilidade de recursos financeiros impactaria positivamente a qualidade da educação municipal”. (CAETANO; AVILA e TAVARES, 2017, p. 897). Dessa forma, é preciso criar uma política pública municipal que de alguma forma faça a transferência de renda para as famílias de alunos mais necessitados.

5.2.2 Os Usuários do Sistema Municipal de Ensino

O sistema municipal de ensino de Mazagão em sua organização conta com os usuários deste, que para o escopo da pesquisa será levada em consideração os alunos do 5º ano do Ensino fundamental de duas escolas da sede do referido ente federado, onde foram aplicados questionários em três turmas diferentes e um educandário da vila de Mazagão Velho, neste local foi pesquisada uma turma. No que se refere às famílias como um dos usuários, foi aplicado questionário nos locais já citados e mais o Distrito do Carvão, no mesmo município. Dessa forma, responderam aos questionários 65 (sessenta e cinco) alunos e 18 (dezoito) famílias.

O PME/Mz como todas as políticas públicas educacionais, é elaborado com o intuito de melhorar a qualidade da educação, os planos de educação trazem desde a sua gênese essa finalidade, os alunos como usuários do sistema de ensino devem ser os maiores beneficiados pela sua exequibilidade através dos agentes do Governo.

Possuir uma educação em que a infraestrutura é deficitária como alegaram de forma uníssona o atual e ex-secretário de educação que participaram da pesquisa é relegar a educação como prioridade, uma vez que a infraestrutura vai além da construção de prédios, ela requer um conjunto que favoreça o trabalho dos profissionais da educação e com isso refletir no aprendizado do aluno. As respostas da próxima sinopse demonstram um conjunto de fatores que precisam melhorar segundo a análise dos alunos. As respostas aos questionários possibilitaram a construção da seguinte síntese interpretativa.

Tabela 20 – Sinopse: Usuários Do Sistema Municipal De Ensino, Alunos (Questionário – Apêncice D)

SINOPSE: USUÁRIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, ALUNOS (QUESTIONÁRIO – APÊNCICE D)	
Você acha a escola legal?	
SIM (97%)	NÃO (3%)
Ou existem outros lugares melhores? →	1- Igreja.
Em que a escola precisa melhorar? →	1- Possuir Quadra; 2- Fazer Reforma; 3- Infraestrutura.
Se você pudesse, abandonaria a escola para fazer outra coisa?	
SIM (8%)	NÃO (92%)
Qual? →	1- Trabalhar; 2- Viajar.
Ser alfabetizado é saber escrever, ler, interpretar um texto simples e calcular. Você se considera alfabetizado? Por quê?	
SIM (88%)	NÃO (12%)
Por quê? (afirmativo) →	1- Sabe Escrever, Ler e Calcular; 2- Sabe Escrever e Ler; 3- Sabe ler.
Por quê? (negativo) →	1- Precisa Melhorar; 2- Dificuldade de Leitura.
Você conhece alguma pessoa em sua idade que não estuda?	
SIM (26%)	NÃO (74%)
Você conhece alguma pessoa que não saiba ler e nem escrever?	
SIM (65%)	NÃO (35%)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das respostas aos questionários

Ao perguntar ao público estudantil se eles acham a escola um espaço "legal"[17] a totalidade de 97% (noventa e sete por cento) disse que sim. De todos os questionários o único lugar mencionado no sentido de ser melhor que a escola foi à instituição igreja. No que tange aos aspectos em que a escola precisa melhorar, os mais recorrentes foram: construção de quadra poliesportiva, reforma do

[17] As perguntas do questionário dos alunos foram elaboradas com palavras de fácil entendimento e do dia a dia dos discentes.

estabelecimento e infraestrutura (este engloba diversos fatores que vão do pedagógico ao espaço físico).

Os três itens em que a escola precisa melhorar podem ainda ser sintetizados em melhoria em infraestrutura de modo geral. “reformar a escola” (Questionário D22). “O prefeito poderia mandar fazer uma quadra para as crianças poderem ter aula de educação física” (Questionário D56). Quando perguntado se eles abandonariam a escola caso tivessem a oportunidade, 92% (noventa e dois) por cento respondeu que não abandonaria, dentre os quais demonstraram o interesse em abandonar, surgiu apenas dois motivos: para viajar (não foi especificado para onde seria a viagem) e para trabalhar.

Ao ser perguntado se eles consideram-se alfabetizados 88% (oitenta e oito por cento) disse que se considera e 12% (doze por cento) não se considera. Os que consideram, afirmaram saber escrever, ler e calcular, apenas escrever e ler, ou somente lê. Para o caso negativo, afirmaram que precisam melhorar, pois possuem dificuldades na leitura. O índice de reprovação no 5º ano do ensino fundamental I na rede municipal de Ensino de Mazagão em 2018 segundo a SEMED/Mz foi de 23% (vinte e três por cento) e a distorção idade-série foi de 4,2% (quatro vírgula dois por cento). Dessa maneira, é grande o número de alunos, que ao final deste ciclo ainda não aprendeu os conhecimentos básicos para prosseguirem com seus estudos. A distorção idade-série mencionada provoca um efeito vertical na idade destes alunos.

Quando perguntado se conhecem algum aluno em sua idade que não estuda, 74% (setenta e quatro por cento) disseram que não conhecem, mas vale ressaltar que a pergunta foi direcionada para a idade deles e que já foi demonstrado neste capítulo que a universalização da educação básica do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental I está bem próxima.

Ao ser perguntado se conhecem alguma pessoa que não saiba ler, nem escrever, 65% (sessenta e cinco por cento) responderam que sim. Dessa forma, corroboram o que já se tratou anteriormente e estão alinhados as pesquisas do IBGE, pois:

> Cabe destacar que tal indicador reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas – 8% e 14,5%, respectivamente, para pessoas com 15 anos ou mais de idade, frente a taxa de 3,5% nas Regiões Sudeste e Sul e a taxa de 5,2% na Região Centro-Oeste. (PNAD-Educação, 2017, p.2)

Dessa maneira, é comum conhecer pessoas analfabetas em qualquer região brasileira e, na maioria das vezes, elas estão dentro de casa, logo as pesquisas demonstram que o analfabetismo cresce de acordo com a idade analisada, ou seja, na faixa etária dos mais velhos é mais reincidente.

Ao aplicar os questionários as famílias da Sede de Mazagão, Distrito de Carvão e Mazagão Velho, que possuíam filhos matriculados na rede municipal de ensino, obteve-se as respostas seguintes.

Tabela 21 – Sinopse: Usuários Do Sistema Municipal De Ensino, Famílias (Questionário – Apêncice E)

SINOPSE: USUÁRIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, FAMÍLIAS (QUESTIONÁRIO – APÊNCICE E)	
Você conhece alguma criança ou adolescente que deveria está estudando, mas não está? SIM (83%) NÃO (17%)	
Que fatores levam uma criança ou adolescente a abandonar a escola? →	1- Desinteresse dos pais; 2- Constituir Família precocemente.
Você conhece alguma ação do Governo Federal, Estadual ou Municipal que ajuda as crianças e adolescentes a permanecerem na escola? Qual →	1- Bolsa Família; 2- Renda para Viver melhor.
Você conhece alguma pessoa analfabeta? E porque ela não estudou? SIM (89%) NÃO (11%)	
Porque ela não estudou? →	1- Trabalhou para ajudar no sustento da Família; 2- Dificuldades em sua época;

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das respostas aos questionários.

Quando perguntado se conhecem crianças e adolescentes que deveriam estar estudando, mas não estão à porcentagem de 83% (oitenta e três) por cento para o caso afirmativo se mostrou mais elevado em relação às respostas dos agentes envolvidos no PME/Mz: professores e alunos. A pergunta feita foi similar e esse aumento se deve ao fato da maioria dessas famílias possuírem uma ou mais crianças na idade escolar da educação infantil: creche ou pré-escola que não estavam matriculadas no ano de 2019.

Ao ser questionado os fatores que levam uma criança ou adolescente a abandonar a escola, o desinteresse dos pais permanece recorrente e constituir família precocemente apareceu como um argumento novo. Para as autoras esse fato reflete:

> Portanto, inicialmente nos discursos, um filho não é bem-vindo durante a adolescência [...] a gravidez na adolescência/juventude também possa levar à interrupção (temporária ou não) dos estudos e à reprodução de papéis mais tradicionais de mãe-mulher [...] (GONÇALVES e KNAUTH, 2006, p. 633).

Perguntados se conhecem alguma ação governamental nas três esferas de competência que ajuda crianças e adolescentes a permanecerem na escola, 94% (noventa e quatro) por cento respondeu o Programa “Bolsa Família” como ação federal e o “Renda para Viver melhor” como ação estadual. O número de respondentes que disseram ser o Bolsa família uma ação para manter os alunos na escola é a mesma citada, já para o programa estadual, esse indicador foi menor, dividindo espaço com outros programas que apareceram em menor incidência. Tal política pública de transferência de renda teve seu início em 2003 e persiste até os dias atuais.

> Dez meses após assumir a Presidência da República, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa Bolsa Família, unificando os programas Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), Bolsa Alimentação e Programa Auxílio-Gás. Classificado como transferência de renda com condicionalidades, prevê benefícios básicos e benefícios variáveis, diferenciados pela situação de extrema pobreza e pobreza. Isso significa que as transferências são focalizadas com base em uma definição instrumental de pobreza. (ARRAIS, 2016, p. 2010-2011).

Desse modo, o Programa Bolsa Família tem impacto em diversos setores sociais e a educação é um deles, os autores Melo e Duarte (2010, p.637) afirmam que ele por si não diminuiu o trabalho de crianças e adolescentes, mas impacta diretamente na frequência escolar “[...] avaliações mais gerais para o País, indicam que, apesar de não conseguir diminuir o trabalho infantil, o programa é capaz de aumentar a frequência escolar dos beneficiários do Bolsa Família.”

Ao ser perguntado se conhece alguma pessoa analfabeta e porque ela não estudou, as respostas principais foram: trabalhou para ajudar no sustento da família e dificuldades em sua época. Dessa forma, alguns respondentes declararam que: “Sim, conheço, na época não tinha incentivo da família, pela distância da escola (por morar no interior)” (Questionário E1) “Não tiveram oportunidade em seu tempo.”

(Questionário E2). Como já evidenciado anteriormente, no caso de Mazagão, as barreiras geográficas são difíceis de ignorar, quanto ao quesito de não terem tido oportunidade em sua época, esta oportunidade, na maioria das vezes deu lugar ao trabalho infanto-juvenil ou a formação precoce de uma família.

O trabalho desde cedo para ajudar a renda manteve-se persistente em todos os questionários e os familiares relatam que essa prática já era recorrente em outrora, pois afirmam “Sim, teve que sustentar a família no lugar do pai que abandonou sua família.” (Questionário E3). “Sim, teve que trabalhar pra sustentar a família” (Questionário E7). Para Mesquita e Ramalho (2015, p. 99) “Já quanto à distribuição regional, o trabalho infantil é mais concentrado nas regiões Norte (9%) e Nordeste (8%); fato que pode reforçar as desigualdades regionais e as condições econômicas das crianças trabalhadoras na vida adulta”. Desse modo, essa prática é recorrente nos dias atuais e no município de Mazagão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A experiência não leva a conclusões universais.”
(Thomas Hobbes)

Poder tecer algumas considerações sobre uma política pública educacional é antes de tudo, ter aberto o horizonte do macro, de analisar como se processou e se processa essa política, é estar atendo a fatores e variáveis, as informações avaliadas recebem um significado social. É perceber no micro as peculiaridades que carregam consigo sentidos de um local, de um povo.

Os planos de educação mesmos previstos de forma legal desde a Constituição Federal de 1988 mostram uma política pública nova, mesmo transcorridos três décadas de sua previsão. Da constituinte em vigência até o primeiro plano nacional de educação passaram-se 13 (treze) anos. E para a obrigatoriedade que Estados federados e municípios formulassem e implementassem seus planos de educação transcorreu 26 (vinte e seis) anos. Os planos estaduais e municipais de educação não possuem tempo suficiente sequer para receberem análises definitivas, pois tiveram seu inicio no ano de 2015 e só terão o seu término em 2025.

Deste modo, trata-se de uma política pública que requer participação em sua elaboração, deliberação em suas metas estratégias e efetividade das instituições citadas no documento, conforme salienta Avritzer (2011).

Dessa maneira, as considerações aqui apresentadas, não visam construir análises, críticas, apreciações ou sugestões engessadas que venham a retratar uma educação de ficção, mas sim demonstrar o panorama educacional do município de Mazagão no recorte temporal de (2015-2017) com base na implementação do PME/Mz, nem tampouco avaliar de forma definitiva o período em questão.

Vale ressaltar que até o ano de conclusão da presente dissertação em 2019 (dois mil e dezenove) a educação do município de Mazagão é atendida pela rede Estadual que abarca aproximadamente 60% (sessenta por cento) das matrículas de todos os níveis de ensino, exceto da educação infantil e que a rede municipal tem sob a sua responsabilidade aproximadamente 40% (quarenta por cento) das matrículas que compreendem a educação infantil, ensino fundamental I que vai do 1º ao 5º ano.

A primeira recomendação que pode ser retirada deste trabalho é a seguinte, apesar do PME/Mz ser aprovado por força de lei e, deste modo, ser empregado a todos que estejam na jurisdição do município, bem como não é possível alegar desconhecimento de uma norma jurídica. Os profissionais da educação deste local alegaram dificuldades em ter acesso ao documento, de ele não estar em um site oficial, ou ser amplamente divulgado pela SEMED/Mz como outras políticas educacionais, a exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No que se refere ao cumprimento do PME/Mz, é possível dividir as considerações em três níveis distintos, a saber: Universalização do Ensino, Erradicação do Analfabetismo e observações gerais. Concernente a garantia constitucional de todos terem o direito a educação, a atual LDBEN estipula a idade obrigatória para se está na escola que vai dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. E de 0 (zero) a 03 (três) anos em caráter facultativo, ou seja, toda criança, nesta idade através do seu responsável legal tem direito a uma vaga em escola pública, caso queira.

Para a faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos, as matriculas que estão sob a égide do sistema municipal de ensino, seguem o panorama nacional e está praticamente universalizado com uma taxa aproximada de 99,2% (noventa e nove vírgula dois por cento) dos alunos matriculados. Desse modo, a meta para esse público foi alcançada.

A faixa etária dos 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos do ensino fundamental não é atendida pelo município de maneira regular, esse público faz parte do ensino fundamental II que vai do 6º ao 9º ano. Na educação infantil, na faixa etária de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos a obrigatoriedade de matrícula é datada do ano de 2013 por força de lei federal, o Censo Demográfico de 2010 demostrou em sua publicação que 267 (duzentos e sessenta e sete) crianças nesta faixa etária nunca tinham frequentado a escola. Desse modo, procedeu-se as análises de um período de 8 (oito) anos de (2010-2017) e observou-se que as matrículas se mantiveram estáveis para essa clientela.

Quando se é levado em consideração à faixa etária de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade os dados demonstram um distanciamento exponencial da meta em oferecer educação a todos, pois tomados os dados do Censo de 2010, tem-se que 72% (setenta e dois por cento) dos 1.983 (um mil novecentos e oitenta e três)

habitantes que nunca frequentaram a escola no munícipio de Mazagão estão na faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Este dado demostra a disparidade de matrículas entre as faixas etárias.

O PME/Mz traz em seu texto que a população em Mazagão de 0 (zero) a 05 (cinco) anos no ano de 2013 era de 2.478 (dois mil, quatrocentos e setenta e oito), na faixa etária de 0 (zero) a 03 (três) anos havia 1.635 (um mil, seiscentos e trinta e cinco) pessoas. Entre 04 (quatro) e 05 (cinco) anos a população era de 843 (oitocentos e quarenta e três). De acordo com dados do INEP, neste ano, houve 420 (quatrocentos e vinte) matrículas entre zero e três anos de idade, gerando uma taxa de matrícula de apenas 26% (vinte e seis por cento). Na idade de quatro a cinco anos houve 753 (setecentos e cinquenta e três) matrículas, gerando uma taxa de 89% (oitenta e nove por cento).

No último ano de tabulação dos dados desta pesquisa, 2017. Levando-se em consideração a população de 2013 para a faixa etária de zero a cinco anos de idade, observou-se que a taxa de matrícula de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade se manteve estável em 27% (vinte sete por cento) com 447 matrículas, já para as crianças entre 04 (quatro) e 05 (cinco) anos a taxa foi superior aos 100% (cem por cento). Vale ressaltar que a população de Mazagão cresce aproximadamente 2% (dois por cento) ao ano segundo as projeções do SIDRA-IBGE.

A desativação da EJA no município no ano de 2012 traz implicações, tanto na universalização do ensino, quanto na erradicação do analfabetismo. Em relação aquele, deixou-se de oferecer matrículas a jovens e adultos com idade superior a 15 (quinze) anos. Desse modo, o município não toma para si uma de suas responsabilidades, abstendo-se de oferecer a educação garantida na legislação em vigor para aqueles que não tiveram acesso na idade própria. Essa modalidade foi reativada de forma tímida em 2019 com uma turma de onze alunos.

No que tange a expansão da rede de ensino de Mazagão a SEMED/Mz informou que de (2015 a 2019) foram construídas: nenhuma creche; 01 (uma) pré-escola e 07 (sete) escolas de ensino fundamental I, significando um aumento de 08 (oito) e 12 (doze) salas de aula, respectivamente. Dessa maneira, é inegável a expansão, mas esta não se mostra suficiente para atender a demanda que ainda está fora da escola. É necessário uma maior expansão para que o Governo cumpra o seu papel constitucional e legal.

Concernente à erradicação do analfabetismo, o município de Mazagão segue o panorama nacional, ou seja, não diminuiu ao ponto de ser erradicado e alguns fatores se associam para o não alcance das metas. O IDEB do município é baixo e do ano de 2007 a 2017 este ente federado alcançou a meta somente no ano de 2011, ou seja, a educação oferecida aos alunos nesta rede de ensino não possui a qualidade que se deseja. Vale ressaltar que o IDEB é o único indicador nacional que atesta a qualidade da educação oferecida, através do índice de aprovação e rendimento na prova Brasil aplicada aos alunos concluintes do ensino fundamental I, 5º ano.

Outro fator que contribui para a permanência do analfabetismo é o elevado índice de retenção que segundo a SEMED/Mz no ano de 2018 foi de 30,9% (trinta vírgula nove por cento) ao final do 3º ano do ensino fundamental I, quando se encerra o ciclo de alfabetização é de 23,1% (vinte e três vírgula um por cento) no 5º ano. Desse modo, a distorção idade série, ou seja, os discentes que estão com dois ou mais anos de idade em uma série/ano aquém do que deveriam foi de 4,2% (quatro vírgula dois por cento) ao fim do 5º ano do ensino fundamental I em 2018.

Assim, alunos que deveriam concluir o ensino fundamental I com aproximadamente 12 (doze) anos, tem a sua projeção de conclusão para 14 (quatorze). Os apontamentos do IBGE indicam que o analfabetismo aumenta na faixa etária de 15 (quinze) anos em diante. Dessa maneira, além de Mazagão possuir pessoas analfabetas, possui fatores favoráveis para a permanência deste problema social.

A desativação da EJA pelo período de oito anos de (2012 a 2018) na sede do município, torna-se um fator inverso ao preconizado no PME/Mz e legislações federais em vigor, pois é fato que existem pessoas a serem alfabetizadas. O descumprimento das Metas e Estratégias presentes no plano demonstra que o Estado, neste caso, o ente federado municipal, através de seu Governo não cumpre o que é de sua responsabilidade. A reativação da EJA em 2019, mesmo atendendo a uma clientela de apenas 11 (onze) alunos é necessária para corrigir o problema do analfabetismo persistente. E o ensino fundamental II da EJA em Mazagão só é oferecido pela rede estadual de ensino.

Em termos gerais o PME/Mz necessita que alguns fatores sejam tratados ou retomados: o município precisa cumprir as leis as quais é subordinado; precisa reativar o Fórum Municipal de Educação do Munícipio de Mazagão (FME/Mz); fazer

com que ocorrera de forma mais atuante os papéis da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação (CME/Mz) e Ministério Público da Comarca de Mazagão (MP/Mz).

Essas instâncias foram instituídas como as responsáveis pela execução, monitoramento contínuo e avaliações periódicas PME/Mz. O próprio documento prevê que de quatro em quatro anos ocorra às conferências municipais de educação e no segundo semestres do ano de 2018, ocorreu à primeira, a pré-conferência municipal de Educação do Município de Mazagão, sendo uma das etapas da Conferência Nacional de Educação (CONAE-2018) que trouxe o seguinte tema: “A Consolidação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Plano Nacional de Educação (PNE): monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito a educação de qualidade social, pública, gratuita e laica”.

Na pré-conferencia municipal não foram apresentados dados sobre o monitoramento e avaliação do PME/Mz, em seguida na Conferência Estadual de Educação (CONED/AP-2018), houve abertura para a apresentação dos dados de monitoramento, mas nenhum município do Estado do Amapá o fez.

Deste modo, é preciso reativar o FME/Mz pelo fato deste ser o responsável por acompanhar a execução do PME/Mz, promover as conferências municipais de educação alinhando-a as conferências regionais, distritais que as antecedem, bem como alinhar-se a CONAE.

O FME/Mz até o ano de conclusão desta pesquisa não conta com uma sede (prédio próprio), nem agentes designados para cumprir as suas funções desde o ano de 2017. Desse modo, é impossível realizar as suas principais atribuições que são: coordenar a elaboração participativa do Plano Decenal de Educação, no âmbito municipal e, após sua aprovação, ser o responsável pelo e cumprimento de suas metas e estratégias; planejar e coordenar a realização de Conferências de Educação, bem como divulgar as suas deliberações; representar os mais diferentes segmentos da sociedade, sendo o canal de comunicação entre a população e o Estado.

O município ainda não criou uma forma de produzir e divulgar os indicadores e índices educacionais, os quais devem levar em consideração a sua realidade social e geográfica, assim, ainda não produziu os relatórios de monitoramento de seu plano de educação.

Um dos fatores não trabalhados de forma efetiva no PME/Mz que impacta, tanto na universalização do ensino, quanto na erradicação do analfabetismo é o trabalho infantil. Durante a pesquisa esse fator mostrou ser o responsável por ter tirado as pessoas da escola em décadas passadas e continuar tirando nos dias atuais. Desse maneira, o trabalho infantil contribuiu efetivamente para o índice de analfabetos presentes neste local.

O trabalho infantil de crianças e adolescentes mostrou ser capaz de tirar da escola os discentes durante o período letivo, ou seja, mesmo após matriculados, os alunos em certa porcentagem abandonaram a escola. Assim, é necessário que os órgãos de proteção dos direitos das crianças e adolescentes intervenham para que seja criada uma rede de proteção ao labor pueril.

Resultados mais consolidados do PME/Mz serão possíveis no ano de 2.020 quando o IBGE lançar o próximo Censo Demográfico, sendo possível atualizar o panorama educacional deste local. As ideias, objetivos, resultados e perspectivas do referido plano de educação constituem-se em um horizonte em construção que requerem cuidados em sua implementação e mais estudos acadêmicos direcionados em nível de graduação e pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Quando a Educação Não é Solução: Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto , v. 25, n. 4, p. 1677-1691, dez. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832017000401677&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2019.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

AMAPÁ. Constituição do Estado do Amapá. **Diário Oficial do Estado do Amapá.** Amapá, 20 dez. 1991.

_____. Lei n. 1.907, de 24 de Junho de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação - PEE, para o decênio 2015 -2025, e dá outras providências **Diário Oficial do Estado do Amapá.** Amapá, 24 jun. 2015.

ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Rev. Inst. Estud. Bras.**,São Paulo , n. 65, p. 200-226, dez. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000300200&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2019.

AURIGLIETTI, Rosangela Cristina Rocha. **Evasão e Abandono Escolar**: causas, consequências e alternativas – o combate a evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. Curitiba:[s.n], 2014.

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília, DF, 2011.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como Política Pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 5 out. 1988.

_____.Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil ,** 13 jul. 1990.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 20 dez. 1996.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil ,** Brasília, 9 jan. 2001.

_____.Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil ,** Brasília, 4 abr. 2013.

_____. Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil ,** Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. **Rev. Sociol. Polit.,** Curitiba , v. 24, n. 57, p. 127-155, mar. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100127&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 mar. 2019.

CAETANO, Cleyde Cristina Rodrigues; AVILA, Lucimar Antônio Cabral de; TAVARES, Marcelo. A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 51, n. 5, p. 897-916, out. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034761220170005008 97&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 maio 2019.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas**: princípio, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Natalia de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 94, n. 237, p. 343-363, ago. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário de língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

FESTA DE SÃO TIAGO (235 anos). Mazagão Velho – Amapá – Amazônia - Brasil: Associação Cultural da Festa de São Tiago – ACFST, 2012.

FLACH, Simone de Fátima. Ensino fundamental no Brasil: previsões legais e ações governamentais para a ampliação do atendimento, da duração e do tempo escolar.**Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p. 739-762, set. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104403620150003007 39&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FURTADO, Júnia Ferreira. Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico. **Varia hist.**, vol.25, n.41, p.347-349, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752009000100019>. Acesso em: 13 maio 2018.

GONÇALVES, Helen; KNAUTH, Daniela Riva. Aproveitar a vida, juventude e gravidez. **Rev. Antropol.**, São Paulo , v. 49, n. 2, p. 625-643, dez. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000**. Brasília: IBGE, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=785>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **O seu Município em números 2016:** Mazagão**.** Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/panorama > Acesso em: 26 dez. 2017.

_____. **Censo demográfico de 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=249230> . Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **Censo demográfico de 2010, Mazagão**: amostra educação. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/23/22469?detalhes=true> Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. **Variável – população residente estimada (pessoas)**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado> Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Brasília: IBGE, 2011. v.31.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Brasília: IBGE, 2012. v.32.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Brasília: IBGE, 2013. v.33.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Brasília: IBGE 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Contínua, trabalho infantil. Brasília: IBGE, 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Continua – educação. Brasília: IBGE 2017.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Número 35. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **IDEB - Resultados e Metas**, Mazagão. Disponível em: < http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=1842976>. Acesso em: 25 mar. 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2010**. Brasília: INEP, 2010. Disponível em: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2011**. Brasília: INEP, 2011. Disponível em: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2012**. Brasília: INEP, 2012. Disponível em: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2013**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2014**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: < http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2015 (redes estaduais e municipais) – Anexo I**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resultado/2015/2015_resultados_finais_censo_escolar_anexo_I.xlsx>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2015 (redes estaduais e municipais) – Anexo II**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resultado/2015/2015_resultados_finais_censo_escolar_anexo_II.xlsx>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2016 (redes estaduais e municipais) – Anexo I**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resultado/2016/retificacao_anexo_I.xlsx>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2016 (redes estaduais e municipais) – Anexo II**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resultado/2016/retificacao_anexo_II.xlsx>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2017 (redes estaduais e municipais) – Anexo I**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resultado/2017/dados_2017_Final_Anexo_I.xlsx>. Acesso em: 13 maio 2019.

_____. **Resultados Finais do Censo Escolar 2017 (redes estaduais e municipais) – Anexo II**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resultado/2017/dados_2017_Final_Anexo_II.xlsx>. Acesso em: 13 maio 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAPA-MÚNDI. Disponível em: <https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/wp-content/uploads/2015/04/mapa-mundi.png> (Com adaptações feitas pelo autor). Acesso em: 1 de mai. 2018.

MAPA DE MAZAGÃO. **Rota e distância entre a Sede de Mazagão e o Distrito do Carvão.** Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/Mazag%C3%A3o,+AP,+68940000/Carv%C3%A3o,+Mazag%C3%A3o+-+AP/@0.1324285,51.3258587,14z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x929e0626b4708465:0x4e8cbe9cc7c263ec!2m2!1d51.2862497!2d0.115823!1m5!1m1!1s0x929e09cb9a78aa69:0xd7924ac264d36ef!2m2!1d-51.3304484!2d-0.1482613!3e2>. Acesso em: 5 maio 2019.

_____. **Rota e distância entre a Sede de Mazagão e a Vila de Mazagão Velho.** Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/Mazag%C3%A3o,+AP,+68940-000/Mazag%C3%A3o+Velho,+Mazag%C3%A3o+-+AP/@-0.1728978,51.4282833,12z/data=!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x929e0626b4708465:0x4e8cbe9cc7c263ec!2m2!1d51.2862497!2d0.115823!1m5!1m1!1s0x929de0be48f1080d:0x9db15310fd12b307!2m2!1d-51.4288811!2d-0.2174558!3e2>. Acesso em: 5 maio 2019.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua et al . O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 50, n. 4, p. 763-786, dez. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032012000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2019.

MAZAGÃO. **Lei Orgânica do Município de Mazagão – LOM.** Mazagão, 18 ago. 2011.

_____. Lei nº 352, de 24 de Junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME/Mazagão e dá outras providências**. Diário Oficial do Município**, Mazagão, 24 jun.2015.

MELO, Raul da Mota Silveira; DUARTE, Gisléia Benini. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 48, n. 3, p. 635-657, set. 2010 .

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2019.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT' ANNA, Ilza Martins. **Porque Planejar? como planejar?** currículo – área – aula. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. [S.l;s.n], 2001. Disponível em: < https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>. Acesso em: 28 maio 2019.

MESQUITA, Shirley Pereira de; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar?. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 97-134, abr. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482015000100097&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 25 maio 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Marli dos Santos de. **Do plano nacional aos planos municipais de educação:** estudo do município de Naviraí-MS. 2017. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os Clássicos da Política**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. Macapá – Amapá: Editora Valcan Ltda, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional brasileira: Limites e Perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v.4, n. 24, p. 7-16, jun. 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO**.** **Departamento de Informática**. Mazação: SEMED/Mz, 2019.

SILVA, Allan Gustavo Freire da et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates,** Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017**.**

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educ. Soc.**, Campinas , v.34, n. 124, p. 903-923, set. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SOARES, Luiz Henrique. **Apresentação**: características principais do estado brasileiro. São Paulo: EdUNIVESP, 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=22_F7EExTd0> Acesso em: 01 mar. 2019.

_____. **As constituições brasileiras; República; direitos e políticas sociais**. Aula 2. Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, 2015b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Pg6AGCUYT4&t=168s> Acesso em: 06 mar. 2019.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

_____. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. **Sociologias**, v.8, n.16, p.20-45, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003> Acesso em: 01 mar. 2019.

SOUZA, Donaldo Bello de. Avaliações Finais Sobre 0 PNE 2001-2010 e Preliminares do PNE 2014-2024. **Est. Aval. Educ.,** São Paulo, v. 25, n. 59, p. 140-170, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1942/1942.pdf> Acesso em: 11 mar. 2019.

VIDAL, Laurent. **Mazagão**: a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WEBER, Max. **A política como Vocação.** Munique: Universidade de Munique, 1918.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Critérios de seleção dos agentes públicos pesquisados e questionário aplicado, ex-secretário e atual Secretário de Educação de Mazagão

1- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EX-SECRETÁRIO E SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DE MAZAGÃO.

Foram aplicados questionários (Quadro APA- 1) ao atual Secretário de Educação do Município de Mazagão e um Ex-secretário. Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção: 1) ser o atual secretário ou ex-secretário de educação do município de Mazagão após a promulgação da Lei Municipal nº 352, de 24 de Junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME/Mazagão e permanecer até o fim do ano de 2017 no cargo; 2) ser o principal executor do PME durante o exercício de sua gestão.

QUADRO APA- 1: ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO, SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO[18].

ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO
PREÂMBULO 1- Há quanto tempo você atua na área educacional? 2- Você ficou quanto tempo à frente da Secretaria Municipal de Educação de Mazagão? **3-** Qual foi o período que você esteve à frente desta secretaria? **DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO DE MANEIRA GERAL** 1- Você considera o Plano Municipal de Educação de Mazagão como uma Política Pública necessária para diminuir/corrigir problemas educacionais que persistem há anos? Por quê? 2- Cite as três principais dificuldades encontradas à época de sua gestão para colocar em prática o plano Municipal de Educação do Município de Mazagão. 3- Cite os três principais avanços do plano municipal de educação à época de sua gestão. 4- O Sistema Municipal de Ensino de Mazagão até o ano de 2017 atendia apenas 30% de sua demanda (alunos em idade escolar própria) segundo dados do Censo Escolar/INEP. Os outros 70% foram atendidos pela rede Estadual de Ensino. Em seu entendimento, a não municipalização do ensino obrigatório, ajuda ou atrapalha a implementação do Plano Municipal de Educação de Mazagão?

[18] Os questionários para o Ex-Secretário de educação de Mazagão e para atual foi o mesmo, mudando apenas o tempo verbal para o passado ou presente.

DA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO DA CRECHE AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

1- Quais os três maiores obstáculos à época de sua gestão para oferecer educação a todos os alunos em idade escolar própria?

2- Cite os motivos para o número de matrículas na Educação Infantil (creche e pré-escolas) serem muito baixos durante a sua gestão.

DA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

1- Quais as principais ações tomadas durante a sua gestão que visaram à diminuição do analfabetismo?

2- Para você, quais os cinco principais fatores para que o IDEB do Município de Mazagão esteja abaixo das Metas Nacional e Estadual de 2007 a 2017? Lembrando que o plano municipal de educação é do ano de 2015 e que o município em 2013, atingiu a meta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE B – Critérios de seleção dos agentes públicos pesquisados e questionário aplicado, diretores escolares das escolas públicas e privadas de Mazagão da Creche as Escolas de Ensino Fundamental I

1- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES

Foram aplicados questionários (Quadro APB- 1) a 08 Diretores[19] de 09 Escolas de Mazagão. Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção: 1) ser Diretor da rede pública ou privada de ensino de Mazagão; 2) Estar exercendo suas funções em umas das escolas de Educação Infantil ou Ensino Fundamental I; 3) estar no limite geográfico correspondente à sede de Mazagão e aos distritos de Carvão e Mazagão velho na data de aplicação do questionário.

QUADRO APB 1: ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO, DIRETORES ESCOLARES.

ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO
1- Qual a modalidade de ensino de sua Escola? ( )Creche ( )Pré-Escola ( ) E. Fundamental, anos iniciais ( ) EJA-Fundamental
2- Você conhece o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Mazagão para o decênio 2015-2025? Já leu o documento?
3- Você considera o Plano Municipal de Educação de Mazagão como uma Política Pública necessária para diminuir/corrigir problemas educacionais que persistem há anos? Por quê?
4- Há vagas para todos os alunos em idade escolar própria que procuram a unidade escolar em que você trabalha?
5- Conhecendo a sua realidade, aponte fatores que podem tirar os alunos da escola?
6- Cite três fatores que geram o elevado índice de analfabetismo em Mazagão.
7- Cite três ações tomadas em sua gestão que visam à melhoria da aprendizagem e diminuição do analfabetismo?

Fonte: Elaborado pelo autor.

[19] Uma das Escolas privadas incluídas na pesquisa, não possui Diretor Escolar e sim Gerente de Unidade, que assume as atribuições administrativas e pedagógicas concomitantemente. Esta Escola indeferiu o pedido de aplicação de questionários pela sua Diretora Regional.

APÊNDICE C – Critérios de seleção dos agentes públicos pesquisados e questionário aplicado, professores e pedagogos (Coordenadores Pedagógicos) Das Escolas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I de Mazagão

1- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PROFESSORES E PEDAGOGOS (COORDENADORES PEDAGÓGICOS).

Foram aplicados questionários (Quadro APC- 1) a 24 professores e Pedagogos (Coordenadores Pedagógicos) de Escolas de Mazagão. Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção: 1) ser professor ou Pedagogo da rede pública ou privada de ensino de Mazagão; 2) Estar vinculado a uma das escolas de Educação Infantil ou Ensino Fundamental; 3) estar em efetiva regência de classe em uma série/ano/etapa de ensino; 4) estar no limite geográfico correspondente à sede de Mazagão e aos distritos de Carvão e Mazagão velho na data de aplicação do questionário.

QUADRO APC 1: ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO, PROFESSORES E PEDAGOGOS (COORDENADORES PEDAGÓGICOS)[20].

ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO
1- Qual a modalidade de ensino em que você atua em sua Escola? ( )Creche Série/ano_____ ( )Pré-Escola Série/ano_____ ( ) E. Fundamental, anos iniciais Série/ano_____ ( ) EJA-Fundamental Série/ano_____ 2- Você conhece o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Mazagão para o decênio 2015-2025? Você já teve acesso a esse documento? ( ) sim ( ) não 3- Você considera o Plano Municipal de Educação de Mazagão como uma Política Pública necessária para diminuir/corrigir problemas educacionais que persistem há anos? Por quê? 4- Você tem conhecimento no município de Mazagão (sede e distritos) de crianças, em idade escolar obrigatória, que estão fora da rede Escolar de Ensino?

[20] Foi aplicado o mesmo questionário, tanto para professores, quanto para pedagogos (coordenadores pedagógicos) pelo fato de ambos trabalharem diretamente com a mesma clientela na escola, os alunos.

( ) sim ( ) não

5- Você pode apontar fatores que fazem com que crianças ou adolescentes não frequentem a escola?

6- Você pode apontar fatores que tiram crianças ou adolescentes da escola mesmo depois de terem sido regularmente matriculados e iniciarem o ano letivo?

7- Cite três ações que você emprega para diminuir o analfabetismo.

8- Cite três fatores que são responsáveis para que o analfabetismo seja presente no Município de Mazagão?

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE D – Critérios de seleção dos alunos e questionário aplicado

1- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS ALUNOS.

Foram aplicados questionários (Quadro APD- 1) a 65 alunos de Escolas de Mazagão. Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção: 1) ser Aluno da rede pública de ensino de Mazagão; 2) Estar regularmente matriculado no 5º ano do Ensino Fundamental I; 3) Estar no limite geográfico correspondente à sede de Mazagão e aos distritos de Carvão e Mazagão velho na data de aplicação do questionário.

QUADRO APD 1: ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO, ALUNOS.

ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO
1- Você acha a escola legal? Ou existem outros lugares melhores?
2- Em que a escola precisa melhorar?
3- Se você pudesse, abandonaria a escola para fazer outra coisa? ( ) sim ( ) não. Qual?
4- Ser alfabetizado é saber escrever, ler, interpretar um texto simples e calcular. Você se considera alfabetizado? Por quê?
5- Você conheçe alguma pessoa em sua idade que não estuda ( ) sim ( ) não?
6- Você conhece alguma pessoa que não saiba ler e nem escrever?
7- ( ) sim ( ) não

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE E – Critérios de seleção das famílias e questionário aplicado

1- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS.

Foram aplicados questionários (Quadro APE- 1) a 18 Famílias de alunos matriculados em Escolas de Mazagão. Foram utilizados os seguintes critérios para a seleção: 1) Ter pelo menos um filho matriculado na rede pública municipal ensino de Mazagão; 2) Residir no local desde 2015; 3) estar no limite geográfico correspondente à sede de Mazagão e aos distritos de Carvão e Mazagão velho na data de aplicação do questionário.

QUADRO APE 1: ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO, FAMÍLIAS.

ELEMENTOS DO QUESTIONÁRIO
1- Você conhece alguma criança ou adolescente que deveria está estudando, mas não está?
2- Que fatores levam uma criança a abandonar a escola?
3- Você conhece alguma ação do Governo Federal, Estadual ou Municipal que ajuda as crianças e adolescentes a permanecerem na escola?
4- Você conhece alguma pessoa analfabeta? E porque ela não estudou?

Fonte: Elaborado pelo autor.